

ATA Nº 2

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de **dois mil e vinte e um**, pelas 14h30, teve lugar, no **Auditório do CILV – Centro de Inovação e Logística de Valença**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue:** _____

I – Período de “Intervenção do Público”	
I – Período de “Antes da Ordem do Dia”	
II – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:	
1.º	Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal
2.º	Taxas municipais para 2022
3.º	Regime de incentivos para o ano 2022
4.º	Apoio ao tarifário de água
5.º	Orçamento e grandes opções do plano para 2022, normas de execução e mapa de pessoal
6.º	Informação económica e financeira da InterMinho – Sociedade Gestora de Parques Empresariais, E.M.- 1º semestre de 2021
7.º	Proposta – Acordo de Execução entre o Município e as Juntas de Freguesias do Concelho – antecipação de verbas
8.º	Subsídio à freguesia de Fontoura
9.º	Acordo de execução com as freguesias do concelho
10.º	Adriminho - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho – Parceria Institucional
11.º	Eleição de dois elementos para a CPCJ

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão, previamente comunicada, através de declaração escrita, ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é concedida ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Vítor Manuel da Costa Oliveira, Carla Susana da Cunha Oliveira Conde e Diogo Miguel Mota da Silva, foram **substituídos**, no exercício das suas funções, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, por Rui Pedro da Silva Ferreira, Pedro Manuel Guedes de Lemos e Maria Filomena da Cunha Rodrigues Sousa. _____

Verificadas as **substituições**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: José António Moreira Cerqueira, Dora Marisa Alves Guterres, Maria da Conceição da Cunha Pereira, Alberto Luís Oliveira Vilas, Sebastião António Silva Alves, Inês Rita da Silva Ferreira, Débora Patrícia Alfaya Ferreira, Luís Manuel Gomes Amorim, Paula Alexandra Melim dos Santos Natal, Paulo Jorge da Cunha Esteves, Manuel Álvaro Guimarães Gomes, Aurélia da Conceição Costa Torres Gomes Correia, José António Lopes Nogueira, Rui Pedro da Silva Ferreira, Manuel de Lima Ferreira, Luís Alberto Mendes Brandão Coelho, Jorge Moura Rodrigues, Pedro Manuel Guedes de Lemos, Liliana Mateus Fernandes Cerqueira, Orlando Vasco da Cunha Oliveira, Filipe Fernandes Taveira, Jorge Manuel de Sousa Fagundes, Carlos Manuel Afonso Pereira, André de Sousa Rodrigues, Álvaro Agostinho Gomes Alves, Armando Rodrigues Fernandes, Cristóvão Amorim Pereira, Isidro Manuel Cortinhas de Sousa, Paulo Jorge Nobre Pacheco, Alexandre Pereira Lagoa, Maria Filomena da Cunha Rodrigues Sousa e José Manuel Montenegro Roda. _____

Para além dos membros da Assembleia Municipal, estiveram, também, presentes o **Presidente da Câmara Municipal, José Manuel Vaz Carpinteira**, e os **Vereadores**, Ana Paula Vaz Almendra Xavier e Arlindo Amorim de Sousa. _____

O **Presidente da Assembleia Municipal, José António Moreira Cerqueira**, após verificar a existência de quórum, iniciou os trabalhos proferindo a habitual saudação protocolar e fazendo votos de um trabalho profícuo, em prol de Valença. Salientou, aos Membros, que podem contar com todo o seu empenho e afirmou estar convicto que contará, também, com a dedicação de todos, pois, apesar das várias sensibilidades políticas ali presentes, julga que convergem num objetivo primeiro: o futuro de Valença, um futuro promissor para as gerações valencianas vindouras. Dirigiu, ainda, uma palavra ao novo Executivo Municipal, liderado pelo Presidente José Manuel Carpinteira, desejando que continuem a trabalhar, que tenham sorte e cumpram os

compromissos assumidos, em campanha eleitoral, perante o povo valenciano. Terminando, desejou a todos um bom trabalho e votos de um excelente mandato. _____

Depois de se encontrarem todos devidamente acomodados, o **Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que a sessão cumpre todas as regras emanadas pela DGS, alertando para: a obrigatoriedade do uso da máscara, no interior da sala; a necessidade de uma regular desinfecção das mãos; o respeito pelo circuito de circulação no interior do auditório e pelos lugares de assento, previamente designados. _____

Assumiram funções de 1ª e 2ª secretárias da Mesa, os Membros Dora Guterres e Conceição Pereira. _____

Antes de iniciar a sessão, o Presidente da Assembleia Municipal informou que deram entrada, no secretariado da Assembleia Municipal, os pedidos de renúncia dos membros Ana Cláudia Gomes Moreira e Óscar Gabriel Pereira da Silva, ambos eleitos pelo Partido Socialista. Desta forma, nos termos do disposto no artigo 79.ª da Lei n.º 169/99, de 12 de setembro, na sua atual redação, assumiram os lugares os cidadãos Débora Patrícia Alfaya Ferreira e Manuel Álvaro Guimarães Gomes, conforme ata que se anexa à presente. _____

No período que mediou a tomada de posse dos novos membros e a intervenção do público, o Presidente da Assembleia Municipal deixou algumas notas relativamente ao acordado em sede de reunião da Comissão Permanente, de dia vinte e três daquele mês. Assim, comunicou, quanto à revisão do Regimento da Assembleia Municipal, que se decidiu, de momento, não criar qualquer comissão para o efeito. Informou que será levado a cabo um trabalho interno de revisão do documento que, posteriormente, se discutirá em Comissão Permanente e apresentará em Assembleia Municipal. No respeitante à constituição dos grupos municipais, informou ter-se determinado a constituição de quatro grupos municipais: o Grupo Municipal do Partido Socialista, liderado por Luís Brandão, substituído, nas suas ausências, por Luís Amorim; o Grupo Municipal do Movimento Fortalecer Valença, liderado por Sebastião Alves, substituído, nas suas ausências, por Paula Natal; o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, liderado por Inês Ferreira, substituída, nas suas ausências, por Alberto Vilas; e o Grupo Municipal dos Presidentes de Junta do Partido Social Democrata, liderado por Carlos Pereira, desconhecendo-se, ainda, o seu substituto. _____

Deu nota, ainda, que se estipulou que, os elementos que constituem a Assembleia Municipal, serão designados de “deputados”, com exceção daqueles que integram o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, uma vez que solicitaram ser designados por membros. _____

Todos os Membros intervenientes fizeram as habituais saudações no momento das respetivas intervenções. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Por parte do público, verificaram-se as seguintes intervenções: _____

Do Sr. **David Lobão**, que começou por desejar um bom início de mandato à Assembleia e Câmara Municipal e, dirigindo-se ao Presidente da Mesa, manifestou desagrado relativamente à organização da sessão, não concordando com o facto de o público estar numa outra divisão. Disse entender tratar-se de uma desconsideração com o público. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção e explicou que, atendendo as limitações impostas pelas medidas de segurança, não se afigurou possível realizar a sessão de outra forma. _____

Do Sr. **Hernâni Natal**, que solicitou, ao Presidente da Assembleia Municipal, autorização para dirigir algumas questões ao Presidente da Câmara Municipal. Começou por dizer que tomou conhecimento da criação do Cartão Jovem Municipal e questionou o porquê da sua criação, assim como de um orçamento participativo jovem, antes de se reunir o Conselho Municipal de Juventude. Tendo tido informação que este cartão jovem é uma cópia do cartão de Viana do Castelo, perguntou qual a razão de os benefícios não serem também iguais. Seguidamente, perguntou qual a razão da ausência de representação do Município de Valença na Cimeira Atlântica do Associativismo e Juventude, realizada nos dias 26, 27 e 28 de novembro na Madeira. _____

O **Presidente da Câmara Municipal**, após as saudações protocolares, começou por dizer que, em dois meses, o atual Executivo, concretizou uma medida que, no passado, nunca se conseguiu implementar em Valença: o lançamento do Cartão Jovem Municipal. Mais disse que, a implementação este cartão foi um compromisso assumido com os jovens valencianos, em período eleitoral, e honrado nos primeiros cinquenta dias do mandato. Relembrou que o cartão confere aos jovens, residentes ou estudantes em Valença, acesso um vasto conjunto de vantagens e, como tal, espera-se que a medida tenha um impacto muito positivo junto do seu público alvo. Clarificou, ainda, que os cartões jovens, da MOVIJOVEM, têm um conjunto de diretrizes base, iguais para todos os Municípios aderentes, podendo cada Município, além dessa base, definir as particularidades que entenda adequadas. Até, porque, as empresas e os comércio locais, podem determinar diferentes modalidades de desconto. Reforçou que, acima de tudo, importa dizer

que este é um cartão que os jovens valencianos há muito ansiavam e mereciam e que, além das inúmeras vantagens para os seus titulares, fomentará o consumo no comércio e empresas locais. Concluindo, disse que a juventude merece uma forte aposta, por parte do atual Executivo, e que esta medida é a primeira de muitas, que constituem um pacote que apresentarão, em prol da juventude valenciana, ao longo do mandato. _____

De seguida interveio o Sr. **Albino Fernando Nogueira**, que referiu que a sua intervenção se prendia com a defesa do seu bom-nome e dignidade pessoal e profissional que foi, naquele salão, maltratada por quem não contava. Após isto e após saudar os presentes disse que exerceu inúmeros cargos, enumerando alguns, como o ter sido secretário, tesoureiro e Presidente da Comissão Abonatória do Concelho de Valença, integrou a primeira Comissão Administrativa pós 25 de abril e foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Valença pós 25 de abril. Posto isto disse ter sido maltratado por quem não contava, pois na sessão de posse, todos os ex-presidentes da Câmara foram enunciados e cumprimentados pela segunda figura do Concelho e o seu nome foi omitido, quando tendo sido contactado telefonicamente informou que estaria presente. Essa é a razão de vir aqui defender a sua honra pois passado todo este tempo ainda não recebeu uma palavra de desculpa. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal**, em resposta ao Sr. Albino Nogueira, disse ter toda a razão. Afirmou ser verdade não ter referido o seu nome, aquando da saudação protocolar, mas esclareceu que tal sucedeu por não lhe sido transmitido que estaria presente. Mais lembrou que, apesar de ter referido os nomes de alguns ex-Presidentes, aquando da saudação inicial, se dirigiu a todos os Presidentes de Câmara eleitos. Mais disse que, quando constatou a sua presença, não tendo tido oportunidade de o fazer pessoalmente, solicitou ao filho, Dr. José António Nogueira, que lhe transmitisse as suas desculpas. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início a este período, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a ata da sessão extraordinária, realizada no dia 18 de outubro último, será objeto de votação na próxima sessão. _____

Seguidamente a primeira secretária procedeu à leitura do expediente, recebido e expedido entre o dia 1 de outubro e o dia 29 de dezembro de 2021, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho, nos restantes dias. _____

Seguidamente, foi aberto um período para apresentação de propostas, moções e recomendações. O **Presidente da Mesa** informou que deu entrada, junto da Mesa, uma proposta do movimento Nós Cidadãos! e um voto de louvor por parte do Partido Socialista. Posto isto, solicitou ao deputado José António Nogueira que procedesse à apresentação da proposta. _____

O deputado **José António Nogueira** passou a apresentar a proposta: _____

“Proposta: em nome da transparência e informação dos e das munícipes e porque a Assembleia Municipal de Valença não tem porque se esconder nem ter medo de ser sindicada, incindivelmente propõe-se que doravante todas as sessões sejam gravadas e transmitida em tempo real e à distância, vulgo em direto e a cores, áudio e imagem através do recurso à difusão multimédia *online* pelo *site* do Município e/ou das redes sociais a ele associadas e/ou aí divulgada a ligação externa, mediante meios e condições técnicas a disponibilizar pela Autarquia e, assim sendo deliberado, passe a constar do texto do regimento tanto e em fase de revisão. A mais, que tal seja objeto de regulamento nos termos que seguem, vai *copy paste* adaptado do de Ourém.

Resumindo o regulamento diz que serão transmitido em direto por meios eletrónicos disponibilizados pelo Município de Valença, excetuando-se dessa matéria os que tenham dados protegido e classificado enquanto tais.

Quanto ao objeto diz que o que tem por objeto a filmagem e transmissão áudio/vídeo em direto das sessões e reuniões da Assembleia Municipal de Valença através de meios e condições técnicas disponibilizadas pelas Autarquias. Quanto aos direitos de intervenientes, o princípio da legitimidade da participação individual, segundo o qual e por regra só com consentimento de pessoa em causa poderá ser levado a cabo o tratamento de dados e o respeitante estará sempre protegido nos termos da Lei de Proteção de Dados. Nas reuniões da Assembleia em que haja a intervenção de munícipes, aquando da sua inscrição, estes deverão ser devidamente informados nos termos do acima referido e de acordo com o disposto no artigo 79.º do Código Civil.

Nas reuniões da Assembleia em que se verifique a intervenção de munícipes, estes poderão recusar a difusão da sua imagem na transmissão *online* devendo para isso informar a Mesa. Quanto à filmagem e transmissão das reuniões da Assembleia Municipal, entende-se por transmissão áudio/vídeo a técnica audiovisual que permite captar e reproduzir imagens e sons em direto e a cores, em direto e *online* não profissional efetuada pelos serviços do Município, estando explicitamente excluídos do conteúdo a publicar a legendagem e o comentário. Os meios de recolha e transmissão áudio/vídeo deverão ser da exclusiva responsabilidade do Município, estando os mesmos vedados a qualquer entidade exterior. O Município, como responsável pelo tratamento

de dados, deve pôr em prática e garantir os meios técnicos e organizativos adequados para proteção de dados pessoais, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, principalmente quando o tratamento implica a sua transmissão por rede. Estas medidas devem salvaguardar, atendendo aos movimentos técnicos, níveis e aos custos resultantes da sua aplicação, o nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento apresenta e à natureza dos dados a proteger e que é expressamente proibido qualquer tratamento de dados, excecionalmente quando se torne necessário proteger interesses vitais dos titulares de dados e as circunstâncias o exijam no decurso da reunião da Assembleia, o órgão reserva-se no direito de suspender temporariamente ou de proibir a total transmissão áudio/vídeo. A todo o tempo, a Assembleia Municipal pode, por deliberação devidamente fundamentada, proibir definitivamente a total captação e transmissão áudio/vídeo das reuniões desse órgão autárquico. Alterações e atualizações: o presente regulamento poderá estar sujeito a alterações e a atualizações mediante apresentação de propostas por qualquer membro da Assembleia Municipal de Valença, dirigido à sua presidência. Dúvidas e omissões: as dúvidas e omissões que, eventualmente, possam surgir com a interpretação e a aplicação do presente regulamento serão resolvidas pela Assembleia Municipal de Valença com base na Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Produção de efeitos: o presente regulamento entrará de imediato em vigor.”

A acompanhar a proposta, juntou um parecer jurídico e uma informação da Associação Nacional de Municípios Portugueses e acrescentou que o *timing* da mesma tem a ver com o facto de toda a gente dizer que quer aproximar este órgão das pessoas e, uma vez que estão a ser filmados, pelo menos para a sala ao lado, há todas as condições para que efetivamente fique registado quais as posições dos grandes agrupamentos políticos. Mais a mais quando não há maioria e assim o povo fica a conhecer as posições em direto. _____

De seguida, o deputado **Luís Brandão** usou da palavra para apresentar o voto de louvor: _____

“VOTO DE LOUVOR – JOANA MORGADO (ATLETA DO JUDO CLUBE DE VALENÇA)

A atleta do Judo Clube de Valença Joana Morgado conquistou, no passado dia 20 de novembro, a medalha de bronze no Campeonato Nacional de Seniores de Judo, na categoria Menos de 63 kg, que ocorreu em Cernache, Coimbra.

Esta é uma conquista que faz justiça à trajetória desta jovem valenciana na modalidade que revela importância para Valença e para o judo de Valença, no desporto local e na formação de jovens, sendo um motivo de redobrado orgulho para Valença e para os valencianos.

Este resultado histórico é o ponto alto de uma carreira em ascensão e a consequência de muito trabalho, resiliência e dedicação a esta modalidade desde tenra idade. Não é por isso surpresa a presença assídua da Joana Morgado no estágio da Seleção Nacional de judo desde os escalões mais jovens, levando o nome de Valença pelo país e além-fronteiras.

O Judo Clube de Valença e o seu treinador, Rui Ferreira, merecem igualmente uma palavra de apreço e felicitação pela importância que têm tido na carreira da Joana e principalmente na promoção na prática desportiva da educação e dos valores que têm inculcado junto dos jovens valencianos.

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Valença, reunida na sua sessão ordinária de 30/12/2021, propõe:

1. A aprovação deste voto de louvor à jovem atleta valenciana Joana Morgado.
2. Dar conhecimento do teor à Joana Morgado, ao seu treinador Rui Ferreira e ao Judo Clube de Valença, na pessoa da sua Presidente, Argentina Sousa.

Valença, 30 de dezembro de 2021.

Os deputados subscritores deste voto de louvor”.

Mais informou que, a proposta estará disponível na mesa para quem quiser associar-se à subscrição deste voto de louvor. _____

Findas as apresentações, interromperam-se os trabalhos, pelo período dez minutos, para análise das mesmas e posterior discussão. A sessão foi retomada às 15h55 e inscreveram-se, para intervir, Paulo Esteves, Paula Natal e Luís Brandão. _____

O membro **Paulo Esteves**, começou por desejar as maiores felicidades, ao Executivo, à Mesa da Assembleia e à própria Assembleia, como um todo, fazendo votos de que possam desenvolver um trabalho profícuo, em prol do Concelho. Relativamente ao voto de louvor, disse que o grupo do PSD concorda integralmente com ele. Acrescentou que as pessoas devem ser reconhecidas e acarinhadas e que, naturalmente, votarão favoravelmente. Quanto à proposta do regulamento, votarão, também, favoravelmente, já que têm interesse em que o trabalho desenvolvido na Assembleia Municipal seja o mais escrutinado possível, pois leva o patamar de exigência do que é feito. É importante que as pessoas saibam o que cada um defende e e quais foram as posições assumidas. Do seu ponto de vista, a proposta está extremamente bem formulada mas podem levantar-se questões quanto à salvaguarda da reserva da intimidade da vida privada, em relação ao pú-

blico. Pelo que, seria importante que ficasse garantido que o mesmo apenas será gravado se manifestar a sua anuência. _____

A deputada **Paula Natal**, referindo-se à proposta apresentada pelo movimento Nós Cidadãos!, afirmou que da forma como foi apresentada, de momento, o Município não tinha à sua disposição os meios técnicos que lhe permitissem executá-la. Mais disse que, terá de recorrer a serviços externos para tal. Portanto, defendeu que terá de ser estudada outra forma. Em relação ao voto de louvor, afirmou votar favoravelmente, não deixando de fazer menção a outros atletas como: Mara Santos, medalha de bronze, Narciso Serra, medalha de bronze, Luís Flores, medalha de ouro e Lino Perez, medalha de prata. Salientou ser um orgulho enorme para os valencianos ter atletas deste calibre em Valença. _____

O deputado **Luís Brandão** disse que, no tocante à proposta apresentada pelo Nós Cidadãos!, sendo esta uma matéria múltiplas vezes abordada pelo Partido Socialista, que apresentou várias propostas nesse sentido, e constituindo um assunto que sempre gostaram que viesse a ser concretizado, não poderiam deixar de apoiar. Quantos aos meios necessários para a sua concretização, não crê que a Câmara Municipal não tenha condições para, eventualmente, superar as faltas necessárias para assegurar as transmissões. Destarte, afirmou que o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria favoravelmente a proposta. Acrescentou ficar satisfeito de que, finalmente, a Assembleia se renda às novas tecnologias, dizendo apoiar, genericamente, esta forma de transmissão, que permitirá que todos os Municípios participem, confortavelmente, e escrutinem o funcionamento do Órgão. Disse, também, acreditar estarem salvaguardadas todas as condições de segurança e defesa dos dados pessoais e da privacidade, já que cada um terá oportunidade de manifestar a sua disponibilidade, ou não, para que a sua participação seja gravada. Sendo que, essa será uma questão a analisar, detalhadamente, aquando da discussão do novo Regimento. ____

Findas as intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal**, procedeu à votação.

Num universo de 32 (trinta e dois) votantes, a proposta apresentada pelo movimento Nós Cidadãos! foi aprovada por maioria com as abstenções de Sebastião Alves, Paula Nata e Pedro Lemos. _____

No mesmo universo de 32 (trinta e dois) votantes, o voto de louvor apresentado pelo Partido Socialista foi aprovado por unanimidade. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às interpelações ao **Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições de José António Nogueira, Carlos Pereira, Inês Ferreira, Paulo Esteves, Liliana Fernandes Cerqueira, Paula Natal Sebastião Alves, Pedro Lemos, Filipe Taveira, Orlando Oliveira, Álvaro Gomes e Luís Amorim. _____

O deputado **José António Nogueira** iniciou a sua intervenção agradecendo votos de Feliz Natal e próspero Ano Novo que ora publicamente retribui e faz extensivo a todos que desempenham e desempenharam cargos autárquicos e aos valencianos e às valencianas. Desejar a Óscar Silva e Ana Cláudia Moreira os maiores sucessos e venturas nas novas missões em que foram e se acham investidos. Aliás, por certo que a implementação do Cartão Jovem Municipal tem o cunho, de Óscar Silva. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que gostaria de ser informado do que já foi feito em relação à água em baixo e às urgências. Também solicitou informações acerca da instalação dos órgãos autárquicos da União de Freguesias de São Julião e Silva. Perguntou qual o motivo do recurso à segurança privada e às câmaras de vigilância na EB 2/3 e Secundária de Valença, em detrimento do recurso disponibilizado pela GNR e das demais medidas tutelares legalmente previstas. Questionou se vai prontamente ser elaborado o indispensável regulamento de trânsito intramuros de Valença, se comunga que todos os regulamentos com eficácia externa têm que ser submetidos a esta Assembleia e, assim sendo, como vai proceder para legalizar a errática e desconforme sinalética que os anteriores Executivos PSD decidiram implantar, como sejam as do emparcelamento, do Tribunal e na Rua Maestro Sousa Moraes. Por último, perguntou que medidas vão ser tomadas relativamente à reposição do Caminho das Antas que contornava a antiga fábrica de chocolates Farruco, hoje Pingo Doce, que era e é caminho público, insuscetível de usucapião, portanto, por fim, o que se passou com o anunciado pontão para peões na Ponte Seca. _____

O membro **Carlos Pereira** começou por desejar, a todos, as maiores das felicidades, fazendo votos de que consigam realizar aquilo a que se propuseram e se propõem. Seguidamente, deu os parabéns pela escolha da iluminação de Natal. Afirmou, ainda, querer repor a verdade, relativamente a uma situação abordada em reunião de Câmara. Mencionou ter sido dito, naquele órgão, que, enquanto representante dos Presidentes de Junta, foi convidado a integrar a comitiva do Município para o Congresso da Associação Nacional de Municípios, o que não corresponde à verdade. Disse ter sido contactado, pela Câmara Municipal, em três ocasiões: uma para proceder à inscrição, dia que informou que apenas poderia estar presente no dia 11; mais tarde, para saber se lhe tinham sido remetidas as credenciais; e, posteriormente, para o informarem que estavam

disponíveis para recolha, ao igual que a informação relativa ao congresso, no Edifício dos Paços do Concelho. Por isso, concluiu, que não foi contactado para acompanhar a comitiva. _____

O membro **Inês Ferreira** disse que teve conhecimento da vinda do Sr. Ministro da Educação a Valença, para a apresentação do Cartão Jovem e a inauguração das novas instalações do Judo Valença, financiadas pelo anterior executivo, e já que o senhor Ministro da Educação veio cá passado alguns dias dos incidentes graves que aconteceram na Escola Básica e Secundária Muralhas do Minho, supõe que o senhor Presidente da Câmara não perdeu a oportunidade de colocar esta questão uma vez que estes incidentes têm vindo a ser cada vez mais violentos, ou pelo menos mais reincidentes. Continuou referindo que a impunidade relativamente a alguns dos alunos indisciplinados tem sido muito grande, recordando já ter sido feita participação por parte de uma funcionária da escola, quer de dois professores, por outros incidentes e, que saiba, ainda não há resultado e, portanto, os alunos em questão continuam impunes. Tendo, também tido conhecimento que em resultado desses incidentes foi convocado, com carácter de urgência, o Conselho Municipal da Educação questionou que conclusões ou medidas surgiram dessa reunião. _____

O membro **Paulo Esteves** começou por colocar algumas questões relacionadas com as bolsas de estudo, nomeadamente qual o atual número de bolsas de estudo concedidas no ensino superior, o número de estudantes que Valença tem, aproximadamente, no ensino superior e qual é a média mensal paga de bolsa pela Câmara Municipal de Valença. A outra questão colocada prendeu-se com o ponto de situação da AdAM, que tanto quanto sabe terá sido, ou será, pedido um parecer e gostaria que se informasse a Assembleia sobre a natureza desse parecer, se jurídico ou financeiro, e ainda se tem em conta o impacto social e económico com o aumento evidente da água. Se assim não for, não tem qualquer sentido, neste momento, haver uma subsídição municipal à água, o que pensa, ser uma prova inequívoca que a água está cara. Ainda em relação a este assunto perguntou quanto é que a Câmara Municipal no ano passado gastou em água e em subsídição municipal da água. Alertou que quanto mais tempo esta situação se prolongar, mais difícil vai ser para o Município sair dela. Porque a indemnização da AdAM é fixada pelo Tribunal Arbitral em função do volume da faturação e o que está previsto dentro de dois anos é um aumento muitíssimo significativo da água. _____

O membro **Liliana Fernandes Cerqueira** disse que o assunto que iria tratar já tinha sido abordado, que foi a questão da violência na escola que levou a que o agrupamento de escolas estivesse nos meios de comunicação social pelos piores motivos tendo a Câmara de forma rápida atuado ao contratar uma empresa de segurança privada, o que levou a que os pais ficassem mais con-

fiantes e que o clima de medo e de insegurança ficasse minimizado. No entanto, pretende saber se o Município pretende continuar com esta prestação de serviços e que outras medidas, ações ou projetos estão a ser pensadas e idealizadas a curto, médio e longo prazo de forma a minimizar e/ou tentar reduzir esta escalada de violência. _____

A deputada **Paula Natal** para dizer que na continuidade da sua intervenção anterior é com muito orgulho que fala nas associações e clubes desportivos de Valença e, portanto, felicitou em seu nome pessoal e em nome do grupo Fortalecer Valença, todos pela extrema dedicação aos desportistas com títulos conseguidos, aos que não conseguiram, portanto, dar-lhes uma palavra de força, de ânimo pela resiliência que têm demonstrado em tempos de Covid, são todos uns verdadeiros vencedores. Para salientar, também que o senhor Ministro da Educação veio cá inaugurar a sala de judo que, neste momento, é considerada a melhor do país. Depois para corrigir a professora Inês Ferreira dizendo que a sala de judo só foi financiada em 50% pelo anterior executivo porque os outros 50% foi uma candidatura PAJ (Programa de Apoio Juvenil) feita pelo clube de judo ao IPDJ. _____

O deputado **Sebastião Alves** referindo-se á questão da recolha do lixo disse que este problema se tem agravado, principalmente, na zona norte da Avenida de São Teotónio, que está um caos. De seguida referiu-se a uns ferros que, o anterior executivo, mandou instalar junto à fachada do edifício Atenas que confronta com o arruamento de ligação da Avenida do Colégio Português com a Avenida de São Teotónio e cuja utilidade foi só desfigurar a fachada, solicitando ao Presidente que passe por lá para ver. De seguida perguntou qual o ponto de situação dos trabalhos de revisão do Plano Diretor Municipal e quais as perspetivas temporais para a sua conclusão. Questionou ainda se o Presidente foi informado o Forte do Tuído, no Alto da Forca, em Gandra, alertando para possíveis ilegalidades cometidas pelo Executivo Municipal anterior naquela zona, pois tendo-se deslocado ao local confrontou-se com o facto dos 50 m de proteção, apenas há 18, f oram surripiados 32 m ao perímetro de proteção do Forte do Alto da Forca. _____

O deputado **Pedro Lemos**, iniciou a sua intervenção alertando para o estado dos ecopontos, nomeadamente, os que têm pilhão onde não tem sido feita a recolha das pilhas. E com a chuva notam-se os químicos a escorrer para o solo. Perguntou que diligências já foram tomadas em relação à primeira promessa eleitoral do PS que são as urgências 24 horas em Valença. Depois referiu que não é só a violência nas escolas pois, recentemente, apercebeu-se de uma situação, numa zona de lazer noturna em que começa a existir violência com imigrantes. Não conseguimos controlar porque muitos deles estão ilegais, não sabemos se havendo alguma

fatalidade será possível encontrar algum responsável e perguntou se o Executivo tomará alguma posição no sentido de haver uma integração destas comunidades para poderem ser identificadas.

O deputado **Filipe Taveira** antes de colocar as questões disse querer fazer um pequeno esclarecimento relativamente ao Conselho Municipal de Juventude. Este é um órgão consultivo do município e é regido juridicamente pela Lei n.º 8/ 2009, de 18 de fevereiro e os municípios, que à data da entrada em vigor da lei não estivessem dotados de um conselho municipal de juventude tinham um prazo máximo de seis meses para proceder à sua instituição, portanto, isto significa que o anterior Executivo teve 12 anos para proceder à sua instituição e nada fez. Ao longo desse tempo houve duas estruturas que sempre o defenderam que foi a Juventude Socialista e o Partido Socialistas e, portanto, acha que é um pouco exagerado esperar que ao fim de 2 meses de o atual executivo ter tomado posse, este Conselho Municipal de Juventude já esteja ativo. De seguida referindo-se ao albergue dos peregrinos, estrutura fundamental para o Caminho Português de Santiago, quer seja o caminho de Santiago, quer seja o Caminho da Costa perguntou o que foi feito, de concreto, para se proceder a esta reabertura. Quanto à segunda questão, ainda relativamente ao Cartão Jovem Municipal, perguntou quantas empresas é que já se associaram a esta iniciativa. _____

O deputado **Orlando Vasco Oliveira** disse que, recentemente, se ouvir dizer que o Grupo Bene-teau adquiriu as instalações da Rodman em Valença e Cerveira. Este é um grupo importante que tem atualmente plantas nos Estados Unidos e em França, faturações na ordem dos mil milhões de euros e que agora escolheu a nossa zona para expandir a sua atividade, criando um polo muito importante na área empresarial. Perguntou se a informação é correta e se isto vai ser sinónimo de um novo impulso para a região e, concretamente, para a nossa zona empresarial. Isto é importante porque no passado, ouviram-se anúncios, também significativos, que depois acabaram por não se concretizar. Estas informações, sendo passadas de uma forma objetiva e transparente, são acima de tudo, um catalisador também para novos investimentos que depois acontecem em cadeia. _____

O deputado **Álvaro Gomes** para dizer que o problema das etnias já existe há uma data de anos e sempre existiu e nunca ninguém quis tomar conta do caso, deixaram sempre correr, não quiseram assumir. Afinal as etnias também dão votos.

O deputado **Luís Amorim** disse que há notícias de duas reuniões importantes que o Presidente da Câmara realizou com duas empresas que estão a lesar os interesses dos valencianos, nomeadamente, a AdAM e a EcoAmbiente. Perguntou qual foi o teor dessas reuniões e que conclusões

daí foram tiradas. Outra questão prendeu-se com a possibilidade de se criar uma residência estudantil, pois ultimamente vê-se o acréscimo dos alunos os quais se deparam com dificuldade em arranjar alojamento, perguntando o que a Câmara pensa sobre o assunto. Por fim perguntou também sobre o ponto de situação do PDM. _____

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara Municipal** começou por responder às questões relativas à AdAM, dizendo que todos sabem que a origem do problema esteve na decisão da Assembleia Municipal de Valença, de aceitar integrar as águas do Município naquela empresa. Durante a campanha eleitoral, disse que iria fazer tudo para reverter esta situação, ou seja, para que a água volte a ser gerida pelo Município. Nesse sentido, informou que já reuniu, pelo menos, duas vezes com o Presidente Executivo das Águas do Alto Minho, Dr. João Neves. Numa primeira reunião, na qual participou também o Presidente da Câmara de Vila Nova de Cerveira, foi efetuada uma avaliação do funcionamento da empresa e comunicada, ao Presidente das Águas do Alto Minho, a intenção de solicitar um parecer jurídico para a reversão da entrega. Abordaram-se, ainda, outras questões, como: as queixas, os problemas de faturação e o aumento exponencial do preço da água, que, como alguém já havia referido, aumentará ainda mais no horizonte de 1 ano ou 2 anos. Depois dessa reunião, foi solicitado um parecer jurídico para perceber as condições da reversão, aguardando-se a emissão do mesmo. Afirmou que, desde o início adotaram uma postura, no seu entender, responsável e proativa, no sentido de encontrar a melhor solução para a gestão da água municipal. Frisou que o Executivo está a cumprir aquilo com o que se comprometeu com os valencianos, exigindo, por um lado, o máximo possível da empresa Águas do Alto Minho enquanto ainda são sócios e, por outro, trabalhando para perceber quais as condições da saída da mesma. Relativamente ao Serviço Atendimento Permanente, informou que já reuniram quer com a Secretaria de Estado da Saúde, quer com o Conselho da Administração da ULSAM, para encontrarem um entendimento e reabrir os serviços de atendimento permanente, no nosso Centro de Saúde. Disse ainda que, nesta fase, já têm a garantia da ULSAM de que iniciarão as obras de requalificação no Centro de Saúde e, simultaneamente, alargarão o leque de especialidades médicas disponibilizadas. No que respeita à situação da Junta de Freguesia de São Julião e Silva, tudo o que pode dizer, e que é público, é que de momento ainda não foi constituída. Quanto à situação da escola, disse que os problemas ali vividos são, já, do conhecimento de todos, uma vez que se arrastam há vários anos. Todavia, só agora, devido ao impacto mediático dos últimos acontecimentos, foram trazidos à discussão pública. Mencionou que, há cerca de um mês, aquando do incidente ali ocorrido, houve lugar, de imediato, a uma reunião com a diretora da escola e a Associação de Pais, com o intuito de perceber o sucedido e delinear

uma estratégia conjunta de atuação. Nessa reunião, determinou-se que se convocaria, com a máxima urgência, o Conselho Municipal da Educação, a fim de se debaterem esses problemas. Reunido o Conselho Municipal de Educação, ficou acordado, entre outras medidas: a contratação de um colaborador/ facilitador/capacitador, de etnia cigana, para a escola; a colocação de um circuito interno de câmaras de vigilância; solicitar às forças de segurança uma intensificação do patrulhamento na zona escolar, aumentando a sua visibilidade; melhorar a iluminação pública junto à escola; e sensibilizar a tutela para a transferência dos alunos para outros estabelecimentos, quando a escola já tenha esgotado as punições previstas. Mais lembrou que, logo após os incidentes, foi contratada uma empresa de segurança privada, que continuará a assegurar a vigilância da escola ao longo de todo o ano letivo. No tocante ao trânsito intramuros, disse concordar que o Regulamento existente carece de ser melhorado, o que acontecerá logo que possível. Quanto ao caminho das Antas, afirmou que a obra se encontra parada, no entanto, já foi transmitido ao empreiteiro que tem que ser concluída o mais rapidamente possível. _____

Respondendo às perguntas colocadas pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cerdal, nomeadamente à questão da Associação Nacional de Municípios, disse ter certeza que o Gabinete de Apoio à Presidência conversou com ele, quer para assegurar a sua inscrição, quer para integrar a comitiva. Todavia, numa próxima oportunidade deve melhorar-se o diálogo de parte a parte. ____

Em resposta à questão colocada pelo membro Inês Ferreira, informou que o senhor Ministro da Educação, aquando da sua visita para assistir à inauguração da sala do Juvalença e à apresentação do Cartão Jovem Municipal, já estava ciente do incidente na escola, pois haviam conversado telefonicamente sobre sucedido. De qualquer modo, este é um problema que respeita, diretamente, à Direção da Escola e à Autarquia. _____

Terminadas as interpelações e os esclarecimentos, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao período da “Ordem do dia”. _____

I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Dando início ao período de “ordem do dia”, inscreveram-se para intervir: José António Nogueira, Paulo Esteves, Inês Ferreira, Paula Natal, Sebastião Alves, Álvaro Guimarães Gomes, Luís Amorim e Luís Brandão. _____

O deputado **José António Nogueira** para dizer ao senhor Presidente da Câmara que em relação à água em baixa, veio a esta Assembleia um representante da AdAM falar. Há perguntas e estão transcritas em ata, recordando-se que, de uma, perguntou reiteradamente quanto custava sair da AdAM?” e a resposta foi “Somos todos boas pessoas, com certeza que isso se resolve.” Foi isso que foi dito e é isso que está em ata. Nessa altura interveio o deputado António Dias, o Dr. Paulo Esteves, todos apresentaram argumentos que foram rebatidos e que levaram as pessoas a crer que, se quisessem sair da AdAM, saíam sem grandes problemas porque eramos todos pessoas de bem. E isto vincula. Vincula na chamada boa-fé negocial. O Dr. Paulo Esteves também deu uma achega que tem a ver com o incumprimento por parte da AdAM. Continuou dizendo que desconhece as atas da Câmara Municipal mas as da Assembleia são importantíssimas, para dar uma opinião avalizada. E, para além disso, ainda existem as gravações da Assembleia. Em relação às questões colocadas relativamente à escola é o porquê do recurso à segurança privada e a câmaras de vigilância na EB 2+3 e na Secundária de Valença em detrimento ao necessariamente disponibilizado pela GNR e demais medidas tutelares legalmente previstas, disse que o que quis dizer foi que segurança privada só em última análise. Disse saber que se agiu por bem, mas esta não é uma questão de se agir por bem mas sim de se agir dentro da legalidade. E, no seu entende, mais vale contratar mais pessoal do que contratar segurança privada. Quanto às câmaras de vigilância perguntou se foi solicitado parecer às entidades competentes. _____

No uso da palavra o membro **Paulo Esteves** referindo-se ao processo judicial que tem a ver com limites de Freguesias do Concelho em que a Câmara Municipal também é Ré, perguntou qual o motivo, acrescentando, que, como jurista, crê que o Município é parte ilegítima e deverá ser absolvida da instância crendo, ainda que, o Tribunal Administrativo é materialmente incompetente para dirimir esta questão é uma questão dos tribunais civis. Referindo-se de seguida à AdAM, e uma vez que foi pedido um parecer a um administrativista, disse que esta não é uma questão de Direito Administrativo. A sócia, a Águas de Portugal é uma sociedade anónima, é um privado. Isto é um contrato de Direito Privado não é de Direito Público, porque a empresa é de natureza privada e Câmara, quando negocea, não pratica um ato administrativo porque não está no uso de poder de império, está no âmbito de uma negociação privada. Aqui, eventualmente, era um especialista em direito comercial para poder ponderar o valor indemnizatório. Ainda em relação à AdAM é sabido que o aumento da água vai ser uma brutalidade e isso tem que ser avaliado em

termos de parecer, os prós e contras, há muitíssima documentação, existem trabalhos preparatórios, há pareceres que foram proferidos, nomeadamente pela ERSAR porque o pacto era absolutamente leonino, ainda era pior do que o que foi. Para terminar citou três autores diferentes para aquelas pessoas que pensam que a água pode acabar pois foi isso que venderam, a escassez da água. Há uma regra simples e há um autor simples, Lavoisier, que diz o seguinte, é: “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. A terra é finita, portanto, a água não desaparece. Citou ainda, o Dr. Manuel Alegre: “é possível caminhar sem andar de gatas” e citando Jorge Palma: “enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar”, para dizer que não vai parar, que esta batalha não está parada, que a sua posição é pública e vai continuar a bater-se por ela, por uma questão de coerência, já foi contra quando o seu partido aprovou, continua a ser contra e quanto mais se debruça sobre a matéria, mais razões tem para estar contra esta parceria que é absolutamente lesiva do interesse público e do Concelho e o Concelho são as pessoas que cá vivem. Se se quer humanizar o Concelho, pensar nas pessoas é necessário pensar que 20, 30, 40,00€ a muita gente, faz muita diferença no final do mês. Porque ao fim do ano são mais 400,00€ e há muita gente que se priva de muita coisa para ter 400,00€. A quem está no seu conforto, como os aqui presentes, não faz diferença mas há estudantes, que estão a estudar no ensino superior e que se privam de vir a casa aos fins-de-semana porque não têm 20,00€ para o transporte. Terminou dizendo que pensassem nisso, pois isso é inclusão social, é política social e tudo isso deve ser ponderando num parecer. _____

O membro **Inês Ferreira** para discordar da afirmação proferida pelo Senhor Presidente da Câmara quando diz que o Ministério da Educação não terá nada a ver com as questões da escola, que é um problema da escola e do Município. É também um problema do Ministério, pois este tem instrumentos, tem programas de intervenção em escolas com um determinado tipo de problemas. Relativamente ao que foi feito no passado afirmou que muito se tentou fazer e muito se fez. Foi dada formação a funcionários, houve um mediador de etnia cigana para tentar dar formação. Não estiveram parados nem a escola, nem o Município. Tem plena consciência que este é um problema complexo para o qual não tem a solução, mas sabe que não é apenas a solução da Câmara e da escola, existem outras entidades que têm responsabilidade e o Ministério da Educação tem. _____

Quanto ao serviço de atendimento permanente recordou que quem trouxe para a campanha essa questão foi o PS recordando que esse serviço, em Valença, foi fechado no governo PS, com uma Câmara PS. _____

Em relação à AdAM disse duas coisas. A primeira foi que quando na Assembleia da República foi ouvido o Ministro do Ambiente relativamente à AdAM, viu o vídeo e não lhe pareceu que o senhor Presidente da Câmara tenha dito ao senhor Ministro que se fosse Presidente da Câmara de Valença, iria fazer tudo para sair da AdAM, mas depois, já como candidato a Presidente da Câmara entendeu que isso seria algo que poderia tirar partido em termos eleitorais e é legítimo e não reprova isso. Mas não foi o PSD que trouxe esta questão para a campanha mas sim o Partido Socialista. A segunda coisa sugeriu que pedisse informações sobre todo o processo da água da Câmara Municipal de Valença, o que se vendeu no tempo do Dr. Fernando Barbosa e em que condições, o que se vendeu no tempo do Dr. José Luís Serra, para tentar saber aquilo que, de facto, Valença tinha no momento em que aderiu AdAM. _____

A deputada **Paula Natal**, para questionar acerca da situação de uma empreitada na União de Freguesias de Valença, Cristelo Covo e Arão, nomeadamente, no arruamento envolvente ao campo da feira, em que diz ser uma vergonha o corte das árvores que ladeavam o caminho-de-ferro. Sabe que a responsabilidade do corte foi das Infraestruturas de Portugal mas pediu que se se encontre uma maneira de minimizar aquele estrago. Referiu-se, de seguida, à questão dos *vouchers* oferecidos aos estudantes valencianos, dizendo que tinha sido algo muito mal programado pelo anterior Executivo, não obstante, todos os contratamentos, o objetivo foi conseguido pelo atual Executivo e, a ser um projeto a seguir ou não, com certeza que será melhorado a todos os níveis. Deixou os parabéns ao esforço que tiveram, especialmente aos funcionários que se dedicaram a 100% e que se empenharam em que tudo ficasse a tempo e horas pronto. Em relação à situação da escola acrescentou que a intervenção foi excelente, que como mãe se sente mais descansada sabendo que foi contratada segurança privada, coisa, que aliás, há uns meses atrás, numa situação parecida, ela própria sugeriu isso. _____

O deputado **Sebastião Alves**, referindo-se à empreitada de requalificação da Rua de Ervelho a realizar pelas Águas do Alto Minho, perguntou que tipo de requalificação está prevista nesta empreitada, porque sendo a ADAM a lançar a obra, fica com a impressão de que tudo ficará na mesma, com a exceção do saneamento. Quanto à requalificação do caminho de ligação da EN13 à Balagota, saneamento e pavimentação é uma velha aspiração dos gandrenses que assim terão mais uma via de acesso à União das Freguesias de Gandra e Taião. Referindo-se, em seguida, aos processos judiciais pendentes, nomeadamente, o referido no número quatro, informou que foi ele, na qualidade de deputado municipal, quem despoletou o processo da apropriação de terrenos públicos pelo Sr. João António Crespo Fontes, e que levou ao despacho do Presidente da Câmara em 12/12/2014, que ora se pretende ver anulado. Quanto ao processo judicial indicado

como número oito informou que é um processo, no qual também já está envolvido na qualidade de testemunha e perito e cujo autor é, também, o Sr. João António Crespo Fontes. Para ambos os processos colocou-se à disposição para qualquer informação que entendam necessária. _____

O deputado **Álvaro Guimarães Gomes**, voltando ao que estava anteriormente a falar, das etnias, disse que quem vem ocupar espaço neste país, quem quer ser cidadão deste país tem que se adaptar às leis que cá estão. Não é rigorosamente o que se passa nas escolas nem no próprio centro de saúde. Pensa que será a altura de se tomar uma atitude, para esta situação que já dura, seguramente, desde 2011. Acrescentou que, embora possa não ser politicamente correto não pode deixar de o dizer, por uma questão de coerência, que todos sabem que determinadas etnias frequentam a escola porque têm direitos a tudo, inclusive a fazer o que lhes apetece, apanham dois ou três dias de suspensão e depois volta tudo ao mesmo. É-lhes indiferente porque vão para a escola, basicamente, pela refeição e porque têm que ir para não haver perdas de subsídio. Isto é dito por baixo da mesa mas é necessário por a questão em cima da mesa. É necessário que as entidades competentes regulem a situação. Sobre as expulsões dos alunos teve conhecimento que os expulsos têm que frequentar uma escola próxima a expensas do erário público, perguntando se isso é verdade. Concorda com o que foi dito por Inês Ferreira que este é um assunto complicado e que as soluções têm que ser estudadas em conjunto, mas as pessoas têm que perceber que existem consequências para os atos. Seguidamente referiu-se aos semáforos da Avenida da Juventude, junto ao Pingo Doce, dizendo que é necessário temporizá-los para mais algum tempo por forma a permitir que os peões passem. O mesmo em relação aos semáforos da Avenida do Colégio Português, com a Avenida Miguel Dantas, junto aos bancos, os semáforos são demasiado rápidos para o trânsito que suportam. Alertou para o facto de haver ruas na cidade que ultimamente são pistas de corrida de alguns automóveis, por isso sugeriu a colocação de barras horizontais de forma a impedir os abusos de alguns condutores. Por fim, sugeriu pensar-se em fazer uma pequena rotunda junto à saída da escola, na zona das piscinas, pois é uma confusão com a divisória, com a circulação dos carros, das escolas, os que saem, os que estacionam, os alunos nem têm por onde passar, o que torna a altura de entrada e saída das escolas numa confusão.

O deputado **Luís Amorim** para, em relação ao Centro de Saúde, recordar à Dra. Inês Ferreira que realmente as urgências foram encerradas num período do Partido Socialista que estava na Câmara e estava no Governo. Recordar, que de seguida veio uma Câmara PSD e um Governo PSD e nada foi feito para rebater a situação, Apenas foi sugerido que usufruíssemos dos serviços em Tui, mas nem com a Eurocidade, foi dito ou facilitado o uso dos serviços de saúde em Tui, pelo contrário, vemos espanhóis, nomeadamente tudenses a virem usufruir dos nossos serviços a

Valença. Durante estes 12 anos em que o PSD esteve na Câmara, nem obras nem novas especialidades no centro de saúde. _____

O deputado **Luís Brandão** para lembrar que o PDM devia ter sido revisto a partir de 2015 e não foi, mas pelo que verifica, pela documentação distribuída, já existe contrato assinado e portanto perguntou em que estado estão os trabalhos, uma vez que é de grande pertinência que se conclua durante o ano de 2022.

O membro Liliana Mateus Fernandes Cerqueira ausentou-se da sessão às 17h43m. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal**, respondendo ao membro Paulo Esteves, sobre a questão colocada acerca das bolsas de estudo, informou que o valor ronda os 70,00€/mês, para cada aluno. Mais disse que, os requerimentos, relativos ao ano letivo 2021/22, se encontram em fase de apreciação. Quanto à questão levantada sobre a atuação da GNR, esclareceu que aquela apenas pode intervir fora do recinto escolar e lembrou que, aquando dos incidentes mais recentes, foi solicitado, pelo Executivo, que a Escola Segura reforçasse o patrulhamento na área escolar de Valença. Todavia, mencionou que não se pode esquecer que a Escola Segura, equipa composta apenas por dois agentes, presta serviço em Valença, Monção e Melgaço, um território bastante vasto, sendo de reconhecer o esforço que vêm levando a cabo para intensificar o patrulhamento em Valença. Com relação à contratação de segurança privada, esclareceu que não se trata de medida *ad aeternum*, mas antes de uma solução de rápida aplicação e eficácia, para um momento, mais conturbado, que permite dar algum conforto e segurança aos pais. Quanto à revisão do PDM, informou que, tendo-se constatado que Valença era um dos Municípios do Alto Minho cujo processo se encontrava mais atrasado, optou-se por celebrar um contrato com uma empresa, já indicada pelo Executivo anterior, que assegurará a finalização do processo até final de 2022. Isto porque, o não cumprimento dessa meta pode ser suscetível de gerar penalizações para o Município, nomeadamente, ao nível dos concursos a fundos comunitários. Quanto à questão colocada pelo deputado Sebastião Alves sobre o Forte do Tuído, em Gandra, referiu que já tinha ouvido falar sobre o assunto, mas os técnicos da Câmara informaram-no que todas as intervenções, nas imediações do Forte, foram objeto de parecer das entidades competentes e devidamente aprovadas. Respondendo ao deputado Pedro Lemos, acerca da questão dos pilhões, disse que como estão acoplados a contentores e quando o motorista, que faz a recolha, verifica que estão cheio recolha as pilhas. Em relação à violência nas comunidades imigrantes informou que estão atentos à situação. _____

Em resposta ao deputado Filipe Taveira, explicou que o Albergue de São Teotónio estava encerrado desde março de 2020, devido à situação pandémica. Atendendo a que já se começava a intensificar o movimento de peregrinos, trabalhou-se no sentido da rápida reabertura. Contudo, houve necessidade de efetuar algumas obras, quer de adaptação, nomeadamente das casas de banho, quer ao nível do espaço, diminuindo-se o número de camas. Entretanto fez-se uma pequena alteração ao Regulamento do Albergue, que irá ser colocado em discussão pública. Quanto à questão colocada pelo deputado Vasco Oliveira, acerca da aquisição das instalações da Rodman pelo grupo francês Beneteau, informou que o investimento se revelou possível graças ao empenho e relação de proximidade do atual Executivo com a Direção do Grupo Beneteau, que facilitou a concretização do investimento. A instalação do Grupo Beneteau permitirá a criação de uma unidade de fabricação e montagem de embarcações até 40 pés, cuja atividade, no caso de Valença, se iniciará a partir de março. Quanto à questão colocada pelo deputado Luís Amorim, acerca da empresa Ecoambiente, informou que já reuniram, duas ou três vezes, com a mesma e manifestaram a insatisfação do Município quanto ao serviço prestado. Foi comunicado à administração da empresa que, caso não se verificasse uma melhoria significativa da qualidade do serviço, o Município procederá à rescisão do contrato de prestação de serviços. Após a advertência, o serviço melhorou ligeiramente, embora ainda não esteja a ser cumprido o constante no caderno de encargos. Informou que, simultaneamente, está a trabalhar-se no sentido de abrir um novo concurso, para contratação de outra empresa. Com respeito à residência académica anunciou que, após um esforço conjunto do Município e do IPVC, encontraram um investidor privado que construirá, de raiz, um edifício para a residência, cujo projeto será apresentado em meados de janeiro do próximo ano, ao IPVC e à Câmara Municipal. _____

Passou-se de seguida à **segunda volta de intervenções**. _____

O deputado **José Nogueira** disse que o Senhor Presidente ainda não lhe tinha respondido á questão colocada sobre a videovigilância. Outra questão que ficou por responder foi se entende que os regulamentos com eficácia externa, como sejam os de trânsito, têm que vir a este Assembleia, isto porque, a governação do PSD anterior, entendia que não tinha que vir. Exemplificou algumas situações com as quais não concorda, como o facto de os magistrados terem quatro lugares de estacionamento mas os senhores funcionários judiciais ou os advogados não terem. Ou os funcionários da conservatória e finanças. Outra coisa que não respondeu foi sobre o caminho público, onde agora está o Pingo Doce e onde era a antiga fábrica do Farruco, aquele caminho é propriedade municipal e deve ser resposto. Por fim em relação relativamente ao 1.º Direito perguntou o que foi feito. _____

O membro **Paulo Esteves** para dizer que acha o valor das bolsas de estudo é relativamente baixo para quem tem que pagar quarto, passe, transportes, material escolar, alimentação, etc., depois para perguntar qual era a posição do Senhor Presidente em relação ao preço da água e ao facto de a Câmara gastar quatro vezes mais em subsidiação da fatura da água do que gasta em bolsas de estudo. _____

O membro **Inês Ferreira** respondendo ao deputado Luís Amorim, para dizer que o Centro de Saúde de Valença teve obras de manutenção no mandato do PSD, o projeto foi da ULSAM, mas quem pagou foi o Município de Valença. E recordar-lhe o seguinte: nos 12 anos de Governo do PSD, 8 anos foi o PS que esteve no Governo. E quando esteve o PSD esteve a cumprir o memorando assinado com a Troika pelo PS. Entretanto, nestes últimos 6 anos, tivemos dois deputados na Assembleia da República do Partido Socialista, com um Governo socialista e que nada fizeram para reverter a situação que criaram. Tal como não fizeram com a Estrada Nacional para Monção. Aliás, sobre este assunto têm sido os deputados do PSD que têm pressionado o Ministro das Infraestruturas, para se resolver a questão dessa estrada. Quanto ao Centro de Saúde, disse que já existem algumas especialidades a funcionar, nomeadamente, psiquiatria e psicologia e já estava, também, previsto endocrinologia e pediatria, mas a pandemia atrasou todo esse processo. Conclui dizendo que já há trabalho anterior feito. _____

A deputada **Paula Natal** para solicitar ao Presidente da Câmara que colocasse uma pequena placa informativa no edifício principal da Câmara Municipal porque a maior parte das pessoas passa lá e não sabe que é a Câmara Municipal. _____

O deputado **Sebastião Alves** para pedir acesso aos pareceres que permitiram cortar 32 m à proteção do Forte do Tuído. _____

O deputado **Luís Amorim**, no seguimento do que foi dito pelo membro Inês Ferreira, para dizer que também há um deputado do PSD no parlamento que é de Valença e conhece bem essas matérias e nunca viu ou ouviu nenhuma intervenção deste deputado relativamente ao encerramento das urgências em Valença. Relembrou que o serviço de nutrição já funcionava e continua a funcionar no Centro de Saúde de Valença e que as obras que foram feitas no exterior, com a criação do espaço de estacionamento e o embelezamento da rotunda envolvente foram por insistência do coordenador na altura do Centro de Saúde de Valença o Dr. Álvaro Guimarães Gomes. Também foi graças ao esforço deste médico que foram introduzidas algumas especialidades, nomeadamente, o aparelho do raio-X, que funcionou enquanto o Dr. Álvaro Guimarães Gomes foi coordenador. Depois disso o aparelho, topo de gama, continua lá mas sem funcionar. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal**, respondendo à questão colocada pela deputada Paula Natal, relativamente ao corte das árvores junto ao campo da feira, informou que a responsabilidade do mesmo foi do IP. Relativamente aos *vouchers* de apoio às famílias e ao comércio local, confirmou tratar-se de uma deliberação de setembro, mas acerca da qual nada estava definido, tendo sido necessário elaborar normas e delinear procedimentos para concretizar sua atribuição. Apesar das dificuldades, face ao curto espaço temporal para concretização da medida, graças ao empenho do Executivo e dos colaboradores do Município, a iniciativa correu bem, tendo sido distribuídos 1.619 *vouchers* e aderido 35 estabelecimentos comerciais. Em resposta ao deputado Sebastião Alves informou que solicitará, junto dos serviços, os pareceres relativos ao Forte do Tuído. No tocante à colocação de uma placa identificativa no edifício da Câmara Municipal, disse que já se encontra a ser estudado. Quanto à questão colocada pelo membro Paulo Esteves, afirmou estar de acordo com a necessidade de aumento do valor das bolsas de estudo. Todavia clarificou que, tratando-se de um orçamento de transição, não foi possível reforçar o valor global. Relativamente à subsídio da água, explicou que, embora os Municípios não tenham real perceção, através das suas faturas, da subsídio do Município, que ronda os 3,00€ (três euros) por fatura, tal corresponde a um encargo anual de 310.000,00€ (trezentos e dez mil euros), para o Município. Quanto à questão do deputado José António Nogueira, acerca da videovigilância na escola, explicou que os equipamentos já se encontram instalados no edifício. Clarificou que se está a pensar, em concordância com a Direção da Escola e o Ministério da Educação, é colocá-los a funcionar, assegurando, claro está, a salvaguarda dos direitos dos alunos e dos funcionários. Quanto ao caminho da antiga fábrica do Farruco, agora do Pingo Doce, disse desconhecer a existência do mesmo. Com respeito aos regulamentos com eficácia externa, afirmou não ter dúvidas que são aprovadas em Assembleia Municipal. No que concerne à rotunda junto à escola, informou que Câmara está a iniciar um projeto de requalificação da Avenida da Juventude e as dificuldades referidas pelo deputado Álvaro Guimarães Gomes serão tidas em atenção. Por último, relativamente à questão dos semáforos, clarificou que o problema já havia sido detetado, quer junto ao Pingo Doce quer noutros. De igual forma, mencionou que também se trabalhará para encontrar uma solução para diminuir a velocidade excessiva de alguns condutores nas vias, seja colocando sinalética vertical ou horizontal. _____

Antes de se passar ao Ponto 2 da “Ordem do dia” o **Presidente da Assembleia Municipal** fez um intervalo de quinze minutos nos trabalhos, sendo estes retomados às 18h40m. _____

PONTO 2º - TAXAS MUNICIPAIS PARA 2022

PONTO 3º - REGIME DE INCENTIVOS PARA O ANO 2022

PONTO 4º - APOIO AO TARIFÁRIO DA ÁGUA

O **Presidente da Assembleia Municipal** explicou que, em sede de Comissão Permanente, foi decidido que os pontos dois, três e quatro da Ordem do Dia fossem discutido em conjunto mas votados separadamente. Inscreveram-se para intervir: José António Nogueira, Jorge Moura, Pedro Lemos e Luís Brandão. _____

O deputado **José António Nogueira** começou por ler a declaração de voto, do senhor vereador Manuel Lopes aquando da votação do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022 na reunião de câmara, diz-se surpreendido quando pelo facto de o PSD se ter absterido e, por seu lado o movimento Fortalecer Valença ter votado favoravelmente. Perguntou, se afinal não era ponto de honra de todas as forças político-partidárias independentes não decapitar o poder de compra dos munícipes, mais a mais numa época de pandemia, crise, incerteza e com a inflação à perna. Dizendo que querem lesar ainda mais quem vive no limiar da pobreza e acabar com a dita classe média que paga impostos em Portugal e não usa de subterfúgios fiscais e vai fazer declarações para a Holanda. Disse ainda saber que na Assembleia Municipal existem pessoas que não têm medo e que votam de acordo com a sua consciência e não de acordo com ditames partidários ou similares e disso já deram sobejas provas. Esta é a altura de votar contra a redução da devolução da taxa de IRS de 5 para 2,5%. Informou que em relação às demais taxas votará favoravelmente. Em relação ao regime de incentivos para o ano de 2022, é pouco mas é alguma coisa. Sugeriu rever o regime de incentivos. Quanto ao apoio ao tarifário de água votará favoravelmente. _____

O membro **Jorge Moura** para dizer que nos pontos 2 e 3 votarão a favor. Lamenta que se tenha reduzido a taxa de comparticipação do IRS de 5% para 2,5% mas mesma assim votarão favoravelmente, porque essa devolução é um incentivo social que também, na altura foi concedido, como uma forma de incentivar a fixação de jovens quadros de população em Valença. _____

O deputado **Pedro Lemos** para deixar uma observação em relação à subsídio de 3,00€ (três euros) no apoio ao tarifário da água perguntado se não seria melhor utilizar essa verba para casos de extrema necessidade e pessoas que estejam com grandes dificuldades. _____

O deputado **Luís Brandão** para dizer que pela documentação que foi distribuída o Município optou por reduzir a devolução de 5% para 2,5% e afetar essa verba a fins sociais. Isso, vai permitir que o Município, de facto, responda àqueles que eventualmente mais necessitam com aquilo que seriam eventualmente valores muito pouco significativos para a generalidade dos cida-

dãos que recebem este valor e a maior parte de nós, quase não percebe esse valor na retenção de IRS. E, para isso, é preciso ter alguma coragem, de facto, numa situação como esta resistir ao populismo de manter a taxa de devolução de 5% e passar para um valor de 2,5% e parece-lhe que estão a aprovar, de facto, é a taxa de devolução de 2,5% e não a devolução de 5%, uma vez que o princípio seria a devolução de zero e por isso felicita o Município por fazer essa opção.

Quanto às taxas da água para dizer que, de facto, os 3,00€ é um valor que acaba por ter muito significado para o Município e que esperem que com o trabalho que está em curso para tentar encontrar uma nova solução para este tipo de serviço, possa vir a desaparecer. As restantes taxas, relativamente ao urbanismo e à ocupação dos edifícios ou a construção de edifícios, não parecem nada desproporcionadas. Mas alertou que é preciso ter consciência que não é por esta via que se vai alterar a dinâmica demográfica do território. É preciso é encontrar os porquês de tornar o território nas suas periferias interessantes e levar as pessoas a ocuparem esse espaço. Por isso, o PS apoiará e votará a favor nos três pontos. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que os valores das taxas municipais apresentados, para o ano de 2022, representam uma opção de gestão, que permite assegurar que Valença é um concelho fiscalmente atrativo, apresentado as taxas mais baixas, nomeadamente no que ao IMI respeita. A alteração do valor da taxa de devolução de IRS, fixada em 2,5%, não terá um impacto significativo para a grande maioria dos valencianos, já que esta devolução beneficia aqueles cujos rendimentos são mais elevados, revelando-se fiscalmente pouco justa. Por outro lado, lembrou que, infelizmente, Valença é o Concelho do Distrito de Viana do Castelo que menos receita tem do Fundo de Equilíbrio Financeiro, obrigando a medidas compensatórias para o equilíbrio financeiro da autarquia. Relativamente à questão do apoio do tarifário da água, apesar de ser intenção do executivo colocar fim à parceria com a AdAM, mantiveram o valor da subsídio como forma de auxiliar os munícipes a suportar os exorbitantes valores das suas faturas mensais de água. Apesar de tal representar um encargo de 310.000,00€ (trezentos mil euros) para o Município. Mais realçou que, a empresa Águas do Alto Minho tinha, também, uma redução na fatura de 2,50€ (dois euros e cinquenta cêntimos), que deixará de existir em janeiro. Ora, se ambas subsidias fossem retiradas, as famílias passariam a pagar mais 5,50€ (cinco euros e cinquenta cêntimos), por mês. _____

Passou-se de seguida à **Segunda Volta**. _____

O deputado **José Nogueira** para dizer que a questão fundamental que se coloca é que na campanha eleitoral, pelo menos o movimento Nós Cidadãos! disseram que não iam ao bolso dos cida-

dãos e tanto quanto julga saber o mesmo disse o PSD e o mesmo fez o PS, mas o que se está agora a fazer é ir ao bolso dos valencianos perguntou quanto é que custa, à Câmara, os investimentos feitos na água e no saneamento em benefício da AdAM. _____

O membro **Jorge Moura** para referir que, efetivamente, há uma perca de disponibilidade no bolso dos valencianos e, como tal, esperam que essa verba seja realmente gasta na ação social. Mas a verdade é que se diz que se deve apoiar sempre os mais necessitados e os outros que nunca necessitam nunca são apoiados. Quer dizer, aqueles que eventualmente pagam IRS não têm direito, digamos, a ser beneficiados de alguma forma. Também contribuem com o pagamento dos seus impostos. Mas a verdade é que se acaba sempre por os mesmos. _____

O deputado **Pedro Lemos** para dizer que os 3,00€ (três) euros de subsidiação do seu ponto de vista seriam melhor empregues, por exemplo a melhorar o centro de saúde e, se calhar, as pessoas não gastariam tanto dinheiro a ter que ir a consultas privadas. _____

O deputado **Luís Brandão** só para dizer que de facto de o Município não retirou o apoio neste momento dando alguma continuidade à subsidiação até porque se está num processo de fazer uma abordagem diferente ao fornecimento de água e, eventualmente, à relação contratual com a AdAM e por isso faz todo o sentido que, de facto, neste momento não se provoquem choques adicionais daí que, entendam perfeitamente a manutenção desta taxa. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** voltou a esclarecer que a redução da taxa do IRS só terá efeitos em 2023. Disse, também que concorda com o que foi dito pelo deputado Pedro Lemos relativamente à questão da água. Mas, como já referiu esta é, de momento a melhor opção para a população. Infelizmente este é um problema que herdaram e é necessário geri-lo da melhor forma. _____

Findas as intervenções o Presidente da Assembleia Municipal colocou os pontos a votação:

PONTO 2º - TAXAS MUNICIPAIS PARA 2022

Após discussão, procedeu-se à votação do ponto de forma individualizada. Termos em que, num universo de 29 (vinte e nove) votantes, obteve o resultado seguinte: _____

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)

Votos contra:	0
Abstenções:	0
Votos a favor:	20

Aprovado por	Unanimidade
--------------	-------------

TAXA DE DERRAMA

Votos contra:	0
Abstenções:	0
Votos a favor:	29
Aprovado por	Unanimidade

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

Votos contra:	1 do deputado José António Nogueira com declaração de voto
Abstenções:	0
Votos a favor:	28
Aprovado por	Maioria

TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM

Votos contra:	0
Abstenções:	0
Votos a favor:	29
Aprovado por	Unanimidade

O deputado **José Nogueira** disse ter votado contra a participação variável no IRS, porque a questão não é ter 0% de redução de isenção de IRS *versus* 2,5%. O PSD e o movimento Fortalecer Valença podiam ter chumbado esta proposta do PS no Executivo Municipal porque fazem maioria. _____

PONTO 3º - REGIME DE INCENTIVO PARA O ANO 2022

Após discussão, procedeu-se à votação do ponto de forma individualizada. Termos em que, num universo de 29 (vinte e nove) votantes, obteve o resultado seguinte: _____

Votos contra:	0
Abstenções:	0

Votos a favor:	29
Aprovado por	Unanimidade

PONTO 4º - APOIO AO TARIFÁRIO DA ÁGUA

Após discussão, procedeu-se à votação do ponto de forma individualizada. Termos em que, num universo de 29 (vinte e nove) votantes, obteve o resultado seguinte: _____

Votos contra:	0
Abstenções:	1
Votos a favor:	28
Aprovado por	Maioria

PONTO 5º - ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para fazer uma apresentação do ponto em discussão. _____

O **Presidente da Câmara Municipal**, começou por dizer que cumpre, como é evidente, à Assembleia, por proposta da Câmara Municipal, apreciar e votar os documentos previsionais de gestão. Estes documentos, que agora são trazidos a este órgão, foram aprovados por maioria pelo Executivo Municipal, sem qualquer voto contra e são os primeiros da solução governativa escolhida pelos valencianos, nas eleições autárquicas do passado dia 26 de setembro. Cientes da responsabilidade acrescida, tudo fizeram para preparar as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022, com a celeridade possível, ouvindo a oposição e assegurando aos serviços municipais e a todos os valencianos os instrumentos imprescindíveis à normal gestão do Município. Estes documentos, depois de aprovados, garantirão o normal funcionamento da Autarquia, assumindo os compromissos que vêm do passado e os objetivos que cumpre realizar, nomeadamente em matéria de concretização dos investimentos cujo financiamento depende, em especial, do Portugal 2020, o que justifica urgência na execução dos investimentos previstos. __

Os documentos apresentados são necessariamente de continuidade e transição para um novo rumo. Por isso, de forma cautelosa, assumiram a gestão da Autarquia, sem querer causar turbulências desnecessárias ou dificuldades acrescidas no processo de transição num contexto geral, económico, social e político de enorme incerteza e grande dificuldade. Mas também não podiam deixar de lançar alguns dos projetos, ações e políticas que mereceram o voto da maioria, ainda que simples, dos valencianos, nas eleições de setembro último. A criação de um gabinete itinerante de apoio ao município que aproxime as nossas populações mais rurais dos serviços prestados pela Câmara Municipal, a definição de um novo quadro de relacionamento entre a Câmara e as Juntas de Freguesia em matéria de contratualização de investimentos a realizar em todo o Concelho. Fazer da participação cada vez mais ativa das populações na gestão da “coisa” pública com o lançamento de um primeiro orçamento participativo jovem. E o reforço significativo da lotação financeira para estudos e projetos, criando as condições necessárias e de que a Autarquia carece para a urgente apresentação de candidaturas a fundos comunitários, quer ao PRR, quer ao Portugal 2030. E ainda o processo para início da construção de residência académica, são estas as cinco marcas que queremos deixar nestes documentos. _____

Quanto às propostas em si, começou a sua apresentação pelas Grandes Opções do Plano. O valor definido das GOP's para 2022 é de cerca de 12.000.000,00€ (doze milhões de euros), ou seja, cerca de 60% do valor previsto para o orçamento. O plano plurianual de investimentos, que integra as GOP's, fica-se pelos 4,5 milhões de euros contra os 7,3 milhões de euros das chamadas atividades mais relevantes, as quais, dão relevo à satisfação de necessidades básicas das populações e, inclusive, dos próprios serviços da Autarquia. Exemplo disso são os gastos nos serviços de recolha, tratamento de resíduos sólidos, limpeza de espaços públicos e consumo de água e tratamento de efluentes de equipamentos municipais, com uma dotação global definida de mais de 800.000,00€. (oitocentos mil euros). A iluminação pública e energia elétrica dos diferentes edifícios e instalações municipais com mais de 700.000,00€ (setecentos mil euros). Os transportes escolares, refeições e AEC's com cerca de 600.000,00€ (seiscentos mil euros). São, sem dúvida, relevantes funções a desempenhar pelo Município, mas apesar disso, quer-se, nos próximos meses, garantir que os serviços do Município assegurem o mais efetivo controlo destes gastos, já que acreditam ser possível efetuar poupanças significativas, pelo menos em parte deles. _

Quanto aos 4,5 milhões de euros de investimentos previstos no PPI, eles referem-se, sobretudo, às obras previstas para 2022. Ao nível da classificação funcional da despesa, e juntando o PPI às atividades mais relevantes, temos a seguinte repartição na aplicação dos recursos previstos nas GOP's: as funções sociais representam mais de 53% das GOP's, as funções económicas têm um

peso algo um pouco superior a 20%, as funções gerais representam, mais ou menos, 17% das GOP's. Em termos globais, as GOP's prevêm cerca de 250 ações, sendo que as 10 principais e individualmente consideradas e em valor são as seguintes: acordos de execução com as Juntas de Freguesia, portanto, transferências correntes e transferências para investimento de capital, 1.000.000,00€ (um milhão de euros). Conservação e beneficiação de habitação social, 1.º Direito, 800.000,00€ (oitocentos mil euros). Requalificação urbana da envolvente sul do campo da feira, 600.000,00€ (seiscentos mil euros). Recolha de resíduos 565.000,00€ (quinhentos e sessenta e cinco mil euros). Transporte e refeições escolares, 482.000,00€ (quatrocentos e oitenta e dois mil euros). Eletricidade para edifícios, instalações municipais, 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros). Iluminação pública, 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros). Transferência para a Águas do Alto Minho, a AdAM, 310.000,00€ (trezentos e dez mil euros). Conservação e beneficiação de rede diária nas Freguesias, 300.000,00€ (trezentos mil euros) E transferência para a AdAM para obras que estão a executar 200.000,00€ (duzentos mil euros). _____

Quanto ao orçamento, a proposta para 2022 apresenta um valor global de receita igual à despesa de quase 20.000.000,00€ (vinte milhões de euros). Relativamente à receita orçamental que tem em conta, basicamente, a evolução prevista nas principais atividades desenvolvidas pela Autarquia, considerando o histórico das taxas, tarifas, impostos cobrados, para além das transferências provenientes no orçamento do Estado e dos fundos comunitários. A receita corrente prevista é de 15,1 milhões de euros, representando 76% da receita total, sendo que 8,8 milhões, ou seja, 44% da receita global é proveniente de transferências correntes. A receita de capital fica um pouco acima dos 4,8 milhões de euros, sendo no essencial proveniente das já referidas transferências de capital em particular dos fundos comunitários. Quanto à despesa, a despesa corrente supera os 13,9 milhões de euros, cerca de 60% do total, sendo que os principais destinos do recurso são despesas com pessoal 6,2 milhões de euros, o que representa cerca de 70, de 31% do total das despesas. Aquisição de bens e serviços 5,6 milhões de euros, que representa 28% do orçamento da despesa e transferências correntes 1,8 milhões de euros, ou seja, cerca de 9% do orçamento global. É de realçar que estas 3 rúbricas, representam mais de 68% do orçamento municipal, sendo que pela sua natureza fixa e permanente e dimensão condicionam fortemente o orçamento tornando-o demasiado rígido. As despesas de capital, ou despesas de investimento, espelhadas no PPI atingem cerca de 4,5 milhões de euros, a que acresce cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) de transferência de capital nas quais se incluem os novos acordos de execução a celebrar com as Juntas de Freguesia, visando a realização de investimentos em cada uma delas. ____

Trata-se do esforço de investimento possível e necessário em particular à concretização, conclusão dos projetos que contam com apoio da União Europeia. Disse ter sinalizado, também investimentos que consideram importantes para o futuro do Concelho, dando luz verde a uma nova política de compromisso entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Por último e ainda ao nível da despesa, nota para os encargos da dívida bancária. Em 2022, prevê-se a amortização de 587.000,00€ (quinhentos e oitenta e sete mil euros), bem como suportar juros no montante de 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), tudo no total de 662.000,00€ (seiscentos e sessenta e dois mil euros), sendo este o custo do serviço de dívida previsto para o próximo ano. _____

Em síntese, acrescentou que os documentos previsionais de gestão que se apresentam são, como não poderia deixar de ser, os possíveis. Não os desejáveis, já que, em particular, gostariam de incluir dotações mais significativas ao nível do investimento que o Concelho precisa e merece. Mas, para isso, serão necessários projetos, que ainda carecem de ser desenvolvidos, e recursos disponíveis, sejam próprios, provenientes das poupanças a realizar, sejam oriundos de fundos comunitários ou nacionais, através de contratos-programa. Esta é, assim, a realidade orçamental do Município de Valença. Terminou a intervenção pedindo o apoio dos presentes e que acreditem que é possível melhorar. _____

Passou-se de seguida às intervenções, tendo-se inscrito para intervir: José António Nogueira, Carlos Pereira, Alberto Vilas, Inês Ferreira e Luís Brandão. _____

O deputado **José Nogueira** iniciou a sua intervenção dizendo que o movimento Nós Cidadãos! irão votar contra o orçamento e as GOP's porque são coerentes e afinal a única oposição, que luta pelos valencianos e pelas valencianas. O Parque da Cidade, amplamente consensual, fica para as calendas. E está a falar-se de um investimento de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros). Sobre as urgências e saídas da AdAM, não vê nada. Referiu o estudo efetuado pela Autarquia de Freixo de Espada à Cinta acerca do restabelecimento das urgências. Mas neste orçamento só se fala em pensos. Afinal, questionou, as urgências vão ou não funcionar. A nível do orçamento e após comparação com a execução orçamental de 2020, verifica-se um aumento da rubrica das despesas com o pessoal em 888.000,00€ (oitocentos e oitenta e oito mil euros), 16,6% a mais que em 2020. Constatam-se duas verbas para recrutamento de novo pessoal, uma de 65,5 mil euros e outra de 23.000,00€ (vinte e três mil euros). Perguntou a razão deste aumento acentuado da despesa com o pessoal. Também a despesa com a aquisição de bens e serviços aumenta consideravelmente em 1,9 milhões de euros. De 3,7 milhões de euros em 2020 para 5,6 milhões de euros em 2022. Perguntou como se justifica esse acréscimo. Também quis saber a razão de na rubrica “outros” o capítulo económico apresentar uma verba de, mais ou menos, 2,8

milhões de euros. A nível de receita, disse não perceber como se estimou a subida de taxas, multas e outras penalidades de 430.000,00€ (quatrocentos e trinta mil euros) em 2020 para 715.000,00€ (setecentos e quinze mil euros) em 2022. Também se estima uma subida no capítulo de venda de bens de cerca de 700.000,00€ (setecentos mil euros) em 2020 para 1,7 milhões de euros em 2022. Perguntou o que é que se pretende vender que justifique este acréscimo. Assim também, como é que se justifica o crescimento global do orçamento de 16,7 milhões em 2020, para cerca de 20 milhões em 2022. _____

Quanto às Grandes Opções do Plano para 2022 verifica que estão inscritas duas verbas. Uma de 42.000,00€ (quarenta e dois mil euros) e outra de 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros) relativa ao centro de apoio à visitação e usufruição da Rede Natura 2000, centro náutico. Disse ser importante que o Presidente da Câmara se pronunciasse sobre este projeto, dizendo se o conhece e se se revê nele, tendo em consideração a falta de um estudo de viabilidade económica e tudo que envolveu a feitura deste projeto, em que o Município é, a seu de ver, altamente prejudicado financeiramente e sem qualquer sustentabilidade nem mais-valia futura para os valencianos. Remetendo, sobre o assunto para uma ata da Assembleia Municipal onde o António Dias expõe toda a situação. Terminou dizendo que o Orçamento e as GOP de 2022 mostram que houve mudança de políticos, mas não mudança de políticas. _____

O deputado **Carlos Pereira** para falar da verba que afeta as Freguesias do acordo de execução inserido neste orçamento. Mais ou menos os valores a receber são aqueles que vêm em linha com o Executivo anterior, no fundo, disse entender, que este é um orçamento de transição. Não houve tempo para pôr o cunho pessoal desta gerência, mas espera que no futuro seja pensada a inflação que está a acontecer a nível de materiais e sobretudo na limpeza de terrenos, que é aquilo que leva grande parte do orçamento das freguesias. Espera que isso seja contemplado no próximo orçamento. _____

O membro **Alberto Vilas** começou a sua intervenção por desejar a todos que 2022 seja um ano feliz. Quanto ao Orçamento 2022, foi aqui já referido e com alguma justiça que isto é um orçamento de transição, um orçamento plasmado ao que estava anteriormente. E é compreensível e, outra coisa não seria desejável, porque poderia provocar alguma rutura drástica com o que estava a vir de trás, com todos os movimentos financeiros que estavam acordados pela gestão anterior. No entanto, existem algumas coisas que gostaria de ver esclarecidas. Verifica um aumento da receita corrente aumenta 1.263.000€ (um milhão duzentos e sessenta e três mil euros). Mas a despesa corrente só aumenta 760.000€ (setecentos e sessenta mil euros). Por outro lado, a receita de capital diminui 480.000,00€ (quatrocentos e oitenta mil euros) e a despesa de capital diminui

415.000,00€ (quatrocentos e quinze mil euros), isto em comparação com ao ano 2021. Isto, num quadro muito simples, significa que há um forte aumento nas despesas correntes e há uma diminuição na despesa de capital. Ou seja, onde há um investimento, onde é produtivo, o orçamento de 2022 vai aplicar menos verbas do que o orçamento 2021. Naturalmente, haverá aí medidas que irão justificá-las e, por isso, pediu que fosse esclarecido porque é que há mais receita, há bastante mais despesa corrente e menos despesa de capital. Portanto, há menos investimento e há mais de serviços e estudos. _____

Quanto ao orçamento em si, solicitou informação acerca da criação do gabinete itinerante e o que pretendem com isso. Qual é o objetivo do orçamento participativo. Em relação ao 1.º Direito disse que, efetivamente, há aqui uma alteração muitíssimo significativa em termos de valor, julgo que passa de 180.000,00€ (cento e oitenta mil) para 800.000,00€ (oitocentos mil euros), o que é uma perspetiva bastante diferente do contrato que a Câmara anterior assinou com o Governo. Quis também saber o que se pretende com a Expo Valença e com o Centro Tecnológico e, por último, saudou os acordos com as Freguesias porque sempre consideraram que cada euro investido numa Freguesia é melhor aplicado e certamente irá produzir melhores efeitos. _____

Disse ainda estar expectante para ver qual é a posição dos membros da Assembleia do Partido Socialista, porque durante 12 anos, sempre votaram contra os orçamentos do PSD. Agora que é um orçamento de transição, portanto, 90% do que lá está vem do orçamento de 2021, está expectante para ver qual a posição e qual a justificação do PS para, certamente, votar favoravelmente um orçamento que se tivesse sido o ano passado, teriam votado contra e, se tivesse sido apresentado por outro partido, certamente continuariam a votar contra. _____

O membro **Inês Ferreira** começou dizendo que como, já foi afirmado, este é um orçamento de transição e, portanto, não estarão ainda espelhadas nestes documentos aquelas que são as opções políticas do atual Executivo. Sempre considerou que o orçamento é, de facto, o documento onde se plasma aquilo que são as orientações políticas de quem está no poder. Ouviu-se, aqui sempre dizer que o PSD não fazia nada, mas pelos vistos devem ter feito alguma coisa porque, de facto, vêm projetos do anterior Executivo. Depois disse só ter algumas perguntas a fazer e a primeira prende-se com as associações, já que dizem que pretendem delinear uma estratégia anual que permita a afirmação e potenciação do associativismo valenciano, perguntou quando vão delinear essa estratégia com as associações e qual é o processo que vão adotar.

É também dito que tencionam criar infraestruturas culturais, condizentes com a ambição de potenciar a marca Valença e perguntou o que tencionam fazer e para quando. Perguntou porque é

que nas Grandes Opções de Plano aparece “Casa da Cultura” com o montante definido para este ano de 10.000,00€ (dez mil euros) e depois o total ao longo dos 4 anos é mais. Referindo-se à página 28, relativamente à ação social, pensa que por lapso não foi referido o Núcleo Interparoquial da Cáritas Diocesana, como sendo uma das instituições que está no terreno e com o qual a Câmara Municipal trabalha em rede. Quanto ao que foi dito que a residência académica vai ser um investimento de uma entidade privada perguntou se os estudantes vão ser ajudados pelos serviços da ação social do IPVC ou se será a Câmara Municipal de Valença que vai apoiar esses estudantes. Reparou também que para programa de divulgação, imagem e *marketing* estão previstos neste orçamento 60.000,00€ (sessenta mil euros) e que o financiamento já está totalmente definido, perguntando se esse valor é para pagar a algum assessor, que já existe neste momento, ou se é para pagamento de serviços externos. Esse valor, no seu entender podia ser canalizado para apoiar o pagamento de rendas, de água, de luz, de medicamentos da população valenciana mais carenciada. _____

O deputado **Luís Brandão** começou por dizer que acha interessante o desafio lançado aqui pelo membro Alberto Vilas e, se calhar, devia ter dito mais coisas, porque quando falam de transição, neste momento, e este orçamento é de transição, é de transição de gestão em termos de Executivo Municipal, mas é também a transição entre quadros comunitários. E aquilo que sempre foi criticado pelo PS, foi a falta de capacidade que demonstraram em captar fundos comunitários. E parece-lhe precoce, neste momento, estar-se a entrar por aí, uma vez que o atual Executivo tem 3 meses de exercício de funções e, por isso, não teve capacidade de conceptualizar, elaborar e preparar projetos e candidaturas que lhe permitam captar fundos. _____

Não deixam também de registar, com agrado, que a Câmara Municipal vai olhar de forma ativa e atenta para os serviços, para os consumos internos e, por isso, vai fazer exercícios de auditoria interna procurando, de facto, combater desperdício, falta de atenção, diria até, se calhar, algum oportunismo de fornecedores que sempre se vão encontrando neste tipo de situações e quando se fala de rubricas que têm milhares ou centenas de milhares de euros passam a ter muita relevância. Basta, disse, olhar para coisas tão simples, como fazer uma simples verificação do número de contadores que a EDP possa ter nas diversas instalações do Município e, eventualmente, desativar os que forem desnecessários ou mexer nos tarifários para levar a reduções significativas de encargos. Esse aspeto foi aqui referido e saúda essa preocupação porque isso é boa gestão e isso vai permitir libertar recursos para outras matérias. _____

Relativamente a candidaturas, não era possível estar-se a ver ou à procura de encontrar valores significativos em termos de investimentos, na medida em que, de facto, não lhe parece que o

universo e a carteira de projetos deixados pelo Partido Social Democrata na Câmara Municipal permitisse, neste momento, inclusivamente ir buscar dinheiro ao PRR ou a algumas das medidas que estão a ser financiadas pelas verbas de transição. Por isso, o PS compreende que este orçamento, de facto, é uma transição porque evita ruturas e alterações no quadro daquilo que tem sido a despesa do Município, mas deixa já em aberto um conjunto de aspetos importantes que passam pela gestão, mas passam também pela intenção de avançar com um conjunto de estudos e projetos que levam a pensar que nos orçamentos dos próximos anos haverá, efetivamente, um acréscimo significativo de verbas a alocar aos orçamentos, na medida em que forem sendo apresentadas candidaturas e as mesmas passem a ser aprovadas. E foi disso que sempre falaram ao longo de 12 anos de administração do Partido Social Democrata. Era necessário haver maior ambição e maior procura dentro do universo dos quadros comunitários e das disponibilidades financeiras que são postas à mercê de quem a elas se agarra para poder captar essas verbas. E é este o esforço que espera que o PS vai concretizar, vai organizar-se melhor, estar mais atento e conseguir com isso cativar mais fundos para investir em projetos que são, de facto, fundamentais, alguns deles até já sonhados e pensados pelos valencianos há muito tempo. Por isso mesmo, entendem que este orçamento é o orçamento possível e o Partido Socialista, como é evidente, apoia o seu Executivo e votará favoravelmente. _____

Neste momento ausentou-se da sessão o membro Paulo Esteves e regressou Liliana Cerqueira.

O Sr.**Presidente da Câmara Municipal** disse não haver muito a acrescentar à sua intervenção anterior, apenas responder ao deputado José António Nogueira que não deve ter acompanhado a sua intervenção, pois a AdAM ou os serviços de urgências não têm que estar plasmados neste orçamento. Quanto ao parque da cidade ou o parque verde da cidade, clarificou que ainda não há nenhum projeto e, por conseguinte, não podia estar qualquer valor para executar a obra. _____

Respondendo ao deputado Carlos Pereira, disse que o objetivo é, de futuro, afetar mais verbas às freguesias. Em relação ao valor com as limpezas, foi mantido o mesmo porque embora existam critérios, com os quais não concorda, não houve tempo para os alterar. Quanto à atribuição de verba para as obras, foi determinado um valor fixo, para cada uma das freguesias, além de outras obras que estão previstas nas GOP's. _____

Em resposta ao membro Alberto Vilas, disse que, obviamente, este é um orçamento de transição, e, como tal, não era possível uma alteração total, sob pena de trazer efeitos nefastos para o Município. Afirmou estar convicto que era o melhor a fazer-se. No caso do 1.º Direito, de facto, há um esforço de investimento maior, porque está a rever-se a estratégia local de habitação, por for-

ma a expandir o parque habitacional. Quanto ao orçamento participativo, ao qual se alocou uma verba de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), no próximo mês de janeiro, irá ser apresentar o regulamento à Câmara Municipal. Referindo-se à questão da Expo Valença, o que se pretende é projetar um pavilhão multiusos, um centro de congressos, para cultura, feiras e até desporto, daí a designação Expo Valença. _____

Respondendo ao membro Inês Ferreira disse que Valença, dos 10 Municípios do Alto Minho, foi aquele que menos projetos teve aprovados de fundos comunitários e de menor valor. E, não existe, à data, nenhum projeto maduro e executado que a Câmara possa ter para apresentar ao PRR ou ao Portugal 2030. E é por isso que a rubrica de projetos é uma rubrica um pouco mais reforçada, almejando, em abril, reforçá-la ainda mais, quando apresentarem as contas do Município. É preciso ter projetos, fazer um projeto estratégico para o desenvolvimento de Valença, por isso é necessário idealizar projetos que caibam no PRR ou no Portugal 2030, dentro das necessidades que o Concelho tem. Afirmou que que Valença tem que ter uma marca. Assim como tem que ter um espaço cultural. Um espaço que envolva as associações culturais e que crie alguma dinâmica cultural no Concelho. Quanto aos custos que vão ser suportados na questão da residência académica, ficarão, na sua totalidade, a cargo da Ação Social do IPVC. _____

O deputado **José Nogueira** para dizer que ambos andam na política muitos anos e sabem que se responde àquilo que se quer responder e não se responde àquilo que não se quer responder. Concorde com o Presidente quando diz que a Câmara Municipal é ou deve ser, uma pessoa de bem e, como tal, deve cumprir os seus compromissos e os seus contratos, mas também o dever de um bom gestor é, quando alertado, compulsar o passado e tomar as medidas que se mostrem convenientes e não esperar que elas venham ter às nossas mãos. Disse que a sua intervenção, foi política e consubstanciada em factos. Não viu nenhum desmentido. E, para si o mais importante é saber o que aconteceu em Valença para agarrar num orçamento que era de 16,7 milhões de euros e para passar agora para 20 milhões. Seguidamente alertou para a localização que se pretende para a Expo Valença, é que houve uma expropriação para o campo da feira destinado a um determinado fim e não podem aplicar o que foi expropriado para um determinado fim para outro. _____

O membro **Alberto Vilas** disse, em relação à questão do 1.º Direito, não havendo projetos, a não ser para os bairros sociais e com a indicação que quer implementar outro tipo de intervenção, pergunta como é que em 2022 vai usar os 800.000,00€ (oitocentos mil euros). Se não há projeto, se não há concursos, portanto então a verba não vai ser usada. E por isso, vão verificar na conta que vai aparecer em março de 2023, referente a 2022. Quanto aos *vouchers* para os estudantes, perguntou se essa medida também vai ser implementada em 2022. Quanto ao quadro de pessoal,

folha 3, na Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, pretendem contratar dois técnicos superiores, um de agronomia e outro de eletrotecnia e nove assistentes operacionais. Mas perguntou qual a razão dos dois técnicos superiores.

Ainda em relação à devolução dos 5% do IRS disse não ser uma decisão eleitoralista, mas sim um processo de devolução da taxa do IRS ao longo de um determinado período de tempo. Essa devolução tinha vindo a ser dada ao longo dos anos era um percurso que estava definido à partida. E, portanto, nem foram eleitoralistas, nem populistas. _____

O membro **Inês Ferreira** para informar o Senhor Presidente da Câmara que as duas maiores candidaturas que se fizeram aos fundos comunitários foi o Executivo PSD. Se estão neste auditório foi devido a uma candidatura de 8,5 milhões de euros. A requalificação da Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, no montante de 3,5 milhões foi uma candidatura, foi um projeto da Câmara anterior. Terminou dizendo, no seguimento da intervenção de Alberto Vilas que o PS está habituado a nível nacional e agora parece que a nível local, a penalizar a classe média.

O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao deputado José António Nogueira dizendo que o valor dos orçamentos, só para falar dos quatro últimos anos, andam à volta dos dezanove ou vinte milhões de euros. Portanto, não percebe onde foi buscar os dezasseis milhões. Ao membro Alberto Vilas, no respeitante à questão dos 800.000,00€ (oitocentos mil euros) do 1.º Direito, disse ter que ver com a requalificação dos bairros sociais, que gostariam de ver concluída até ao final de 2022. Relativamente aos *vouchers* clarificou que a aplicação da medida apenas foi possível no âmbito de uma lei de maio de 2020, incluída no pacote das medidas de combate à pandemia. Respondendo à questão da abertura de concurso para os dois técnicos superiores, explicou que a Câmara, infelizmente, não tem um técnico que faça a avaliação e controlo, por exemplo, da parte elétrica. Ora, tratando-se de valores significativos, importa que haja um acompanhamento permanente, evitando-se desperdício de recursos financeiros do Município. O técnico de agronomia dará apoio ao agricultor e às atividades agrícolas do Concelho, para valorizar e promover os setores primários. A contratação de tal técnico não representará qualquer encargo para o Município, já que o mesmo, apesar de entrar para a autarquia, passará, em mobilidade, para o Ministério da Agricultura. _____

Finda a discussão procedeu-se à votação do ponto em apreço, de forma individualizada. Termos em que, num universo de 29 (vinte e nove) votantes, obteve o resultado seguinte: _____

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2022

Votos contra:	1 – José António Nogueira
---------------	---------------------------

Abstenções:	7 – Inês Ferreira, Alberto Vilas, Jorge Moura, Aurélia Correia, Liliana Cerqueira, Jorge Fagundes e Armando Fernandes
Votos a favor:	21
Aprovado por	Maioria

NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Votos contra:	0
Abstenções:	7 – Inês Ferreira, Alberto Vilas, Jorge Moura, Aurélia Correia, Liliana Cerqueira, Jorge Fagundes e Armando Fernandes
Votos a favor:	22
Aprovado por	Maioria

MAPA DE PESSOAL

Votos contra:	0
Abstenções:	7 – Inês Ferreira, Alberto Vilas, Jorge Moura, Aurélia Correia, Liliana Cerqueira, Jorge Fagundes e Armando Fernandes
Votos a favor:	22
Aprovado por	Maioria

Por último, foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na ata os aludidos documentos, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto – Lei número 334/82 de 19 de Agosto. _____

Ausentaram-se da sessão os membros Inês Ferreira e Aurélia Correia. _____

**PONTO 6º - INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DA INTERMINHO –
SOCIEDADE GESTORA DE PARQUES EMPRESARIAIS, E.M. – 1.º SEMESTRE**

Inscreverem-se neste ponto da ordem de trabalho José António Nogueira e Paula Natal. _____

O deputado **José António Nogueira** para dizer a questão da Interminho tem a ver com a internacionalização e vendo o parecer do revisor oficial, não encontra nada relativamente a isso. Relativamente ao processo judicial em curso no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, intentando pela Comissão Diretiva ON.2 contra a Interminho, a empresa informa que o processo transitou em julgado, tendo sido solicitado ao advogado a respetiva documentação, mas a mesma ainda não se encontra disponível. Perguntou como é que terminou, o foi decidido. Acrescentou que a Câmara Municipal de Valença deliberou, em 2013, a dissolução e a liquidação da Interminho para cumprimento da legislação aplicável as empresas municipais naquela data, contudo esta deliberação não foi registada na competente Conservatória do Registo Comercial. Atualmente, a continuidade da Interminho encontra-se dependente da conclusão do processo em curso de aplicação da Lei 50/2012, de 31 de agosto e da decisão sobre o futuro de empresa. De referir que a empresa ainda não adotou os seus estatutos à Lei 50/2012, de 31 de agosto. Perguntou qual a razão. _____

A deputada **Paula Natal** para dizer que este ponto é-lhe muito delicado. Nunca falou sobre ele na Assembleia, abstinha-se ou ausentava-se para não misturar as coisas. Mas hoje acha que deve falar um pouco sobre isto. Disse que se devia dar alguma atenção a este assunto pois a maioria das pessoas não sabe se esta empresa municipal está morta, moribunda ou bem viva até. A empresa municipal foi criada em março de 2000, trouxe emprego para Valença, trouxe empresas para Valença, trouxe pessoas é a empresa gestora do parque empresarial de Valença. Tem empresas de grande valor, dotadas, na sua maioria, de tecnologia de ponta. Esta empresa aumentou o património industrial da nossa cidade que pouco existia. Esta empresa deu apoio aos pequenos empresários quando mais precisavam. Esta empresa foi uma grande mais-valia para Valença, no entanto, esta tem sido descuidada do real valor e atividade para que afinal existe. A empresa existe, tem grandes provas dadas. A empresa tem património material e humano esquecido. Sugeriu uma análise mais aprofundada por parte do executivo camarário. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** disse, em relação às intervenções, que, de facto, em 2013, foi deliberada a sua dissolução e liquidação. No entanto, não foi concretizada. Aquando da tomada de posse do atual executivo, houve a preocupação de verificar o ponto da situação desta empresa, tendo sido informado que a empresa continua a existir, apesar de, já há vários anos, os

seus colaboradores se encontrarem ao serviço da Câmara Municipal, por intermédio de contrato de cedência de interesse público. E que a sua dissolução não se levou a cabo por estar em curso um processo judicial, no qual era parte. Entretanto, esse processo transitou em julgado, em julho passado, e a decisão foi favorável à Interminho, sendo agora momento de avaliar se a empresa deve, ou não, ser dissolvida, conforme deliberação de 2013. _____

O deputado **José Nogueira** para face à informação que acabou de ser transmitida, perguntar se a Câmara, uma vez que está a pagar ao ROC não pode está a ter danos. Se ganhou a ação se está a propor uma ação para ser indemnizada desses danos que lhe foram causados, que de outra maneira já podia estar internalizada. _____

A deputada **Paula Natal** para pedir alguma sensibilidade nessa situação. Os funcionários precisam de saber o que esperar. Não são propriamente pessoas que têm 20 ou 30 anos de idade e não são pessoas que têm 2 ou 3 anos de casa. Vão fazer 22 anos de casa e são pessoas que estiveram sempre lá com extrema dedicação. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que os dois funcionários que ainda se encontra vinculados à Interminho merecem toda a consideração e este assunto tem que ser resolvido. _____

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto. _____

PONTO 7º- PROPOSTA – ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VALENÇA E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO – ANTECIPAÇÃO DE VERBAS

PONTO 8º - SUBSÍDIO À FREGUESIA DE FONTOURA

PONTO 9.º - ACORDO DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO

Pelo **Presidente da Assembleia Municipal** foi informado que em sede de reunião da Comissão Permanente foi deliberado que os pontos 7, 8 e 9 serão discutidos em conjunto. Inscreveram-se neste ponto José António Nogueira, Liliana Cerqueira, José Rodas e o Luís Brandão. _____

O deputado **José António Nogueira** para dizer que em relação ao ponto 7 votarão a favor. Relativamente ao ponto 8 pergunta a razão de vir agora este apoio extraordinário, se foi por falta de

previsão. Quanto ao Acordo com as Freguesias do Concelho julga que devia ser substancialmente acrescido com uma verba maior. Acrescentou que votará favoravelmente. _____

O membro **Liliana Cerqueira** disse que o grupo municipal do PSD se congratula pela continuidade da atribuição de verbas às Freguesias. Consideram essa atribuição de verbas deveras importante, até para autonomizar as Freguesias e torná-las mais independentes financeiramente. ____

O **Presidente Junta de Freguesia de Verdoejo** felicitou o Executivo, pelas verbas disponíveis para as Freguesias pois têm um acréscimo de 40.000,00€ (quarenta mil euros) para cada Freguesia. _____

O deputado **Luís Brandão** para dizer que se congratulam com a celebração deste acordo de execução com as Freguesias do Concelho, embora se calhar, durante o ano irá sofrer algumas alterações, uma vez que houve alterações ao decreto-lei 124/2006 agora decreto-lei 82/2021, de 13 de outubro relativamente ao sistema integrado de gestão de fogos rurais e provavelmente levará a mexer com os compromissos, mas tem mais a ver com a aplicação da fórmula que propriamente com a fórmula por si só. Ficam satisfeitos de ver que, no início do ano, as Juntas de Freguesia passam a saber com o que contam e, a partir daqui, tudo o resto poderá vir a ser objeto de negociação caso a caso, mas há um tratamento equitativo e transversal a todo o território que permite que, de facto, as Juntas de Freguesia, à partida, estejam devidamente capacitadas dos recursos que têm à sua disposição. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** disse, relativamente aos pontos 7.º e 8.º, tratarem-se de deliberações do Executivo anterior, nas quais não teve qualquer intervenção. Quanto ao ponto dos acordos de execução das Freguesias, levou-se a cabo um reforço substancial das verbas transferidas para as freguesias, com a atribuição de um valor adicional de 40.000,00€ (quarenta mil euros) a cada freguesia, perfazendo um valor total de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), garantindo maior autonomia e liquidez às Freguesias. _____

Passou-se de seguida à segunda ronda de intervenções. _____

O deputado **José António Nogueira** disse que não lhe foi explicado o que perguntou em relação ao ponto n.º8. Não tem por hábito dar votos em branco, quando vota fá-lo em consciência e, portanto, gostaria de saber se houve um projeto anterior, se houve participações anteriores, a que é que isto diz respeito. _____

Solicitou que o Presidente da Assembleia Municipal autorizasse o Presidente da Junta de Freguesia de Fontoura a falar sobre o ponto n.º8. _____

O **Presidente da Assembleia Municipal** a título excepcional, autorizou que o Presidente da Junta de Freguesia de Fontoura desse uma explicação. _____

O **Presidente da Junta de Fontoura**, explicou que o valor que está em causa tem a ver também o Executivo da anterior Junta de Freguesia e refere-se a uma comparticipação da Câmara Municipal para a construção de um polidesportivo, que já está em curso. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que a Assembleia Municipal anterior deliberou, uma verba de 60.000,00€ (sessenta mil euros) para cada Freguesia. Até esse montante a Câmara Municipal estava autorizada a deliberar. Neste caso da Freguesia de Fontoura passou esse limite e a Câmara Municipal deliberou atribuir mais 20.000,00€ (vinte mil euros), sendo essa a razão de vir à Assembleia Municipal. _____

Os restantes intervenientes prescindiram da réplica. _____

PONTO 7º - VALENÇA E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO – ANTECIPAÇÃO DE VERBAS

Num universo de 23 (vinte e três) votantes o ponto em discussão foi aprovado por unanimidade.

PONTO 8º - SUBSÍDIO À FREGUESIA DE FONTOURA

Num universo de 23 (vinte e três) votantes o ponto em discussão foi aprovado por unanimidade.

PONTO 9º - ACORDO DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO

Num universo de 23 (vinte e três) votantes o ponto em discussão foi aprovado por unanimidade.

PONTO 10º - ADRIMINHO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO VALE DO MINHO – PARCERIA INSTITUCIONAL

Antes de se dar início à discussão deste ponto o deputado José António Nogueira propôs ao Presidente da Assembleia Municipal que o Presidente da Câmara explicasse, em primeiro lugar, quais são as vantagens que vê na celebração deste acordo com ADRIMINHO. _____

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que a ADRIMINHO é uma associação de desenvolvimento local que está em Valença há muitos anos e é integrada por várias associações, nomeadamente algumas Câmaras Municipais. Trata-se de uma associação que tem feito

um excelente trabalho, em prol do desenvolvimento rural do Vale do Minho, pelo que se revela uma mais valia, para o Município, ser seu associado. _____

Inscreveram-se para intervir: José António Nogueira, Jorge Moura e Luís Brandão. _____

O deputado **José António Nogueira** para perguntar quanto vai custar ser sócio da ADRIMINHO e qual a relação que prevê de custos/benefícios para o Município. _____

O membro **Jorge Moura** para dizer que se congratulam com a decisão tomada. Sendo a ADRIMINHO uma associação que está sediada no nosso Concelho há sensivelmente 26 ou 27 anos e da qual fazem parte vários Municípios e outras organizações tem tido um papel preponderante em todo o desenvolvimento do nosso Concelho e dos Concelhos limítrofes. Concluiu dizendo que votarão favoravelmente. _____

O deputado **Luís Brandão** para dizer que acha que esta adesão da Câmara Municipal de Valença à ADRIMINHO só peca por tardia. Há quase três décadas que esta associação de desenvolvimento local está no Concelho, captou valores significativos de verbas dá apoio, no âmbito dos pequenos investimentos, à agricultura e tem potencialidade para se abrir, a outros tipos de financiamentos. De seguida pediu escusa por ser membro dos órgãos sociais da Associação. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** disse, em resposta à questão colocada pelo deputado José António Nogueira, que a quota anual é de 60,00€ (sessenta euros), um valor simbólico. _____

Passou-se de seguida à segunda ronda de intervenções. _____

O deputado **José Nogueira** para dizer que gostava que o representante do PSD o esclarecesse porque é que sendo a ADRIMINHO tão boa, nunca se quiseram tornar parceiros. Já percebeu as vantagens e disse ir votar favoravelmente mas não percebeu a razão de tendo sido o PSD poder durante tantos anos e vendo agora vantagens em aderir à ADRIMINHO porque é que não viram isso antes. _____

O membro **Jorge Moura** respondeu dizendo que a Associação foi criada e passou por vários Executivos Camarários. Não lhe compete julgar nem decidir a razão da não adesão noutra altura. Terminou dizendo, não ter dúvidas, que é uma Associação de referência no Vale do Minho e é uma mais-valia no nosso Concelho. _____

O deputado Luís Brandão prescindiu da réplica. _____

O Sr. **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para dizer que, eventualmente, a Câmara de Valença não era associada porque, numa primeira fase, o sócio, era a Associação de Municípios de Vale do Minho. Que representava as Câmaras Municipais. Entretanto, com a extinção da Associação de Municípios de Vale do Minho as Câmaras Municipais foram aderindo. _

Num universo de 22 (vinte e dois) votantes o ponto em discussão foi aprovado por unanimidade.

PONTO 11º - ELEIÇÃO DE DOIS ELEMENTOS PARA A CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

Acerca deste ponto o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que chegou à Mesa apenas uma proposta, apresentada pelo grupo do Partido Socialista. Essa proposta indica dois membros, para integrarem a CPCJ e são a Dra. Ofélia Barbosa e a Dra. Ana Tomé. _____

Não havendo mais propostas determinou que a apresentada pelo Partido Socialista seria a lista A. Seguidamente, procedeu-se à distribuição dos boletins de voto aos membros presentes que conforme eram chamados procederam a votar. Exerceram o seu direito de voto os seguintes membros: José António Cerqueira; Dora Guterres; Conceição Pereira; Alberto Vilas; Débora Ferreira; Luís Amorim; Paula Natal; José António Nogueira; Rui Ferreira; Luís Brandão; Jorge Moura; Pedro Lemos; Liliana Cerqueira; Orlando Oliveira; Filipe Taveira; Jorge Fagundes; André Rodrigues; Armando Fernandes; Cristóvão Pereira; Isidro Sousa; Paulo Pacheco; Maria Filomena Sousa e José Manuel Roda. _____

Finda a votação obteve-se o seguinte resultado:

Dra. Ofélia Barbosa: 21 (vinte e um) votos a favor e 2 (dois) votos brancos; _____

Dra. Ana Tomé: 22 (vinte e dois) votos a favor e 1 (um) voto em branco. _____

Presidente da Assembleia Municipal: Dizer que a agenda de trabalhos está concluída. _____

Com esta contextualização o **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou à Primeira Secretária a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 23 (vinte e três) Membros aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram vinte e duas horas. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por trinta e cinco páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pela Chefe da Divisão Administrativa Geral que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal A Chefe da Divisão Administrativa Geral,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____ Paula Cristina Pinheiro Vasconcelos Mateus	_____ José António Moreira Cerqueira